

MARA COELHO DE SOUZA LAGO

MEMÓRIA DE UMA COMUNIDADE QUE SE TRANSFORMA:
DE LOCALIDADE AGRÍCOLA-PESQUEIRA A BALNEÁRIO

Dissertação de Mestrado apresentada
no Curso de Pós-Graduação em Ciên-
cias Sociais da Universidade Fede-
ral de Santa Catarina, sob a orien-
tação da professora Dra. Anamaria
Beck.

Florianópolis, 1983

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de "Mestre em Antropologia" e aprovada em sua forma final.

Banca examinadora:


Dra. Anamaria Beck


Dr. Dennis Werner

Dra. Miréya Suárez

As descendentes dos açorianos, estas mulheres que se dividem em múltiplas tarefas e cujos traços característicos são o ânimo forte e a dignidade.

AGRADECIMENTOS

Aos moradores de Canasvieiras, pela confiança com que nos receberam e relataram suas vivências;

a Paulo, pelo incentivo e ajuda nas diversas etapas do trabalho;

à prof^a Anamaria Beck, pela orientação segura e lúcida e pela generosidade com que nos franqueou sua biblioteca;

aos professores e colegas do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pelo convívio estimulante;

ao Departamento de Psicologia e à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, por nos terem liberado das funções didáticas e administrativas na etapa de elaboração do trabalho;

à prof^a Ecy Lima Barreto, por nos ter substituído nos encargos administrativos;

a Valdira Paula de Sousa Brito, pela assistência técnica e amiga na datilografia;

a Júlio, Lígia e Maria de Lourdes, pelo apoio;

nossos agradecimentos e o reconhecimento da importância do seu auxílio para a realização deste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação é um estudo de caso de uma comunidade da Ilha de Santa Catarina, cujos habitantes viviam da lavoura e da pesca num passado recente, e que sofre forte impacto de urbanização, transformando-se rapidamente em balneário.

O trabalho de campo constou de entrevistas realizadas em duas etapas, com pessoas idosas da comunidade, que relataram suas histórias de vida. Foram entrevistadas também algumas pessoas que se mudaram para o centro urbano.

Os antigos moradores da localidade foram caracterizados como camponeses e a pesquisa fundamentou-se teoricamente nas concepções de Chayanov para o estudo da dinâmica interna do campesinato, e de Kautsky, para a discussão da pesca como atividade econômica complementar. Deu-se ênfase à análise dos processos de trabalho, tendo o trabalho feminino merecido uma descrição em separado.

Para a compreensão do processo de transformação do campesinato, no confronto com o mundo urbano de

lazer e com a pesca industrial, buscou-se fundamentação teórica em Shanin, que defende a multilinearidade da transformação capitalista da agricultura.

Chegou-se à conclusão que os habitantes da comunidade deixaram de ser camponeses, pressionados pelas duas frentes de expansão capitalista: a pesca industrial e a urbanização.

A especulação imobiliária está levando ao abandono da atividade agrícola e à perda do acesso ao mar pelos pescadores. Assim, resta aos habitantes da comunidade pesquisada, viver como assalariados, muitos deles em condições de sub-emprego.

ABSTRACT

This dissertation is a case study of a small community of Santa Catarina Island, whose inhabitants used to make a living from agriculture and fishing in the recent past, and are now under the heavy influence of urbanization, since the place is changing quickly to a beach resort.

The field work involved interviews in two stages, with elderly people of the community, who told their life stories. Some people who moved to the urban center were also interviewed.

The ancient dwellers of the place were characterized as peasants, and the research was theoretically based on Chayanov's concepts for the study of the internal dynamics of the peasant society, and on Kautsky, for the discussion of fishing as a complementary economic activity. Emphasis was given to the analysis of the work processes, women's work meriting a separate description.

Theoretical basis for the comprehension of the of the process of transformation of the peasant society,

confronted with the urban environment of leisure and industrial fishing, was taken from Shanin, who defends a multilinearity of capitalistic transformation of agriculture.

It was concluded that the inhabitants of this community left their peasant condition pressured by the two fronts of capitalistic expansion: industrial fishing and the urbanization process.

Real estate speculation is leading to the abandonment of agricultural activities and the loss of the fishermen's access to the sea. Thus, all that is left to the researched community is to live on salaries, many of them being under-employed.

	viii
APRESENTAÇÃO	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	vi
ÍNDICE	viii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	
1.1. Considerações Teórico-Methodológicas	6
1.2. Histórico	20
CAPÍTULO II	
O Campesinato de Canasvieiras no Passado	31
2.1. A Lavoura	43
2.2. A Pesca	54
2.3. Trabalho Familiar e Trabalho Coletivo	66
CAPÍTULO III	
O Trabalho Feminino em Canasvieiras. Trabalho Improdutivo?	71
CAPÍTULO IV	
Os Habitantes de Canasvieiras no Presente. O Pro- cesso de Transformação	82
4.1. Pressão Imobiliária	94

4.2. Pesca Artesanal e Pesca Industrial	99
4.3. Dominação Cultural	103
4.4. O Retorno	112
4.5. Idéias sobre o Passado e o Presente	119
CONCLUSÕES	128
ANEXOS	133
BIBLIOGRAFIA	139

INTRODUÇÃO

A Ilha de Santa Catarina, onde está situada a maior parte de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, tem 410 Km² e possui um contorno bastante recortado, onde existem muitas praias. Passando pelas estradinhas do interior da Ilha, que ligam as várias praias e lugarejos, deparamos com pequenas comunidades vivendo da agricultura e da pesca. São constituídas das populações descendentes dos antigos açorianos, que vieram povoar o litoral a partir de meados do século XVIII.

Nestas comunidades, vamos encontrar muitos resquícios de um viver antigo, como as rendeiras, com suas almofadas de bilros; o artesão que constroe canoa, pilão, peças de engenho; as redes de pesca secando ao sol; os engenhos de farinha; as casas de alvenaria em estilo colonial simples; as rodas de homens conversando nas portas das pequenas vendas, etc.

No entanto, este viver tradicional está desaparecendo. Os engenhos não funcionam mais e estão sendo vendidos como peças de decoração, são poucas as redes de pesca em atividade, as casas de alvenaria com telhados

e janelas coloniais vão sendo substituídas por pequenas casas de madeira ou custosas residências de veraneio, o raro artesão continua construindo as mesmas peças, mas a finalidade dos objetos já é agora decorativa e, se as rendeiras ainda movimentam rapidamente seus bilros, é talvez porque programas oficiais estão procurando preservar esta atividade. Os homens continuam a se reunir nas portas das vendas, provavelmente conversando sobre as atividades do passado recente e discutindo as transformações de suas vidas no presente, procurando se ajustar a novos valores, quem sabe?

No intuito de conhecer este passado que se transforma, procuramos colher o relato de velhos homens e mulheres, numa das localidades da Ilha.

Vamos trabalhar com memória de velhos, conscientes da importância dos dados que nos podem ser oferecidos, mas conscientes também das limitações destes dados.

Importância porque, no processo de desenvolvimento humano, através da interação social, na oposição entre o "eu" e o "tu", o indivíduo vai, pouco a pouco, construindo sua identidade. A preservação de sua noção de eu, se deve ao fato de ter a capacidade de reter na me

mória as experiências que vivenciou. O mesmo ocorre com as comunidades: da preservação de valores culturais, através da conservação das experiências partilhadas pelo grupo e do contraste entre o "nós" e os "outros", depende sua noção de identidade.

Se, a partir da psicanálise, as ciências humanas e sociais passaram a valorizar o inconsciente, o não lembrado, aquelas motivações subjacentes que, mesmo esquecidas, determinam comportamentos a nível de indivíduo e de coletividade, nem por isso ficou minimizada a importância do consciente, do lembrado, daquilo que o indivíduo sabe a respeito de si próprio. Para as sociedades, a preservação do passado, da história comum, constitui o próprio núcleo da identidade cultural.

Com relação às limitações de um trabalho realizado com dados de memória, devemos estar conscientes de que, na tentativa de reconstruir a realidade passada a partir do discurso de memória do presente, corremos o risco de reconstituir a visão que o grupo tem a respeito do seu passado e não propriamente o passado, a história do grupo.

No entanto, utilizamos os relatos de memória

porque nos permitem uma visão do processo de transformação a partir de dentro, de como está sendo vivenciado e se está sendo percebido pelo grupo.

Escolhemos como local de pesquisa, Canasvieiras, uma antiga comunidade da Ilha de Santa Catarina que, transformada rapidamente em balneário, sofre forte impacto de urbanização.

Neste processo de transformação, a população de Canasvieiras se defronta com frentes de expansão capitalista em dois níveis: através da urbanização e da pesca industrial.

O objeto deste trabalho é o estudo do processo de transformação: procuramos entender de que forma está se modificando a vida dos habitantes de Canasvieiras, como resultado da expansão urbana e industrial.

Dividimos o trabalho em quatro capítulos. O primeiro se refere às questões teórico-metodológicas, além de traçar o histórico da colonização da Ilha de Santa Catarina. O segundo capítulo analisa a dinâmica interna da comunidade no passado, dando ênfase às relações de trabalho. No terceiro capítulo se aborda especificamente o trabalho feminino em Canasvieiras, enquanto o

quarto capítulo analisa a articulação da comunidade com a sociedade externa, aprofundando a questão da transformação. Em seguida são apresentadas as conclusões da pesquisa.

CAPÍTULO I

1.1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Para estudar a comunidade de Canasvieiras em seu processo de transformação, fundamentamo-nos em contribuições teóricas de diferentes autores, referidas neste capítulo.

Os habitantes de Canasvieiras, vivendo, num passado recente, da lavoura de subsistência, em regime de pequena propriedade cultivada por mão-de-obra familiar, tendo a pesca como atividade suplementar, foram caracterizados por nós como camponeses. Pensamos, e isto se constitui na problemática central deste trabalho, que os camponeses de Canasvieiras estão sendo duplamente espoliados no confronto com o mundo urbano de lazer e com a pesca industrial; espoliados da terra e, conseqüentemente, de sua atividade fundamental, a lavoura de subsistência; espoliados do trabalho no mar, a pesca artesanal.

Procuramos averiguar neste estudo, que formas está assumindo a transformação de Canasvieiras, em consequência da expansão urbano-industrial.

A técnica utilizada na pesquisa foi a da entrevista com pessoas de ambos os sexos, com idade acima de sessenta anos, em geral. Num primeiro momento foram realizadas entrevistas com 12 pessoas, nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1981. Posteriormente se retornou ao campo, em novembro e dezembro de 1982, para complementar as entrevistas já realizadas, quando foram entrevistadas mais 9 pessoas.

Alguns dos entrevistados eram conhecidos da autora da pesquisa, em consecutivos veraneios na praia de Canasvieiras, outros foram contactados durante pescarias de arrastão e os demais foram indicados pelos primeiros entrevistados, como pessoas que teriam muitas experiências do passado na comunidade, para contar.

Como se percebe, a pesquisa não procurou se referir a dados quantitativos. Nas entrevistas realizadas, procurou-se gravar fielmente as recordações destes homens e mulheres, com interesse especial nos processos de trabalho do passado e atualmente, e na maneira como as pessoas estão sentindo as alterações na vida da comunidade, à medida em que esta adquire novas feições.

Foram pesquisadas também as questões de pro-

priedade de terras, no cartório de registro de imóveis em Canasvieiras e na prefeitura de Florianópolis.

No IPEP, procurou-se levantar dados a respeito da Colônia de Pesca.

O conceito de camponês permeia toda a abordagem teórica deste trabalho de dissertação e sua elucidação é necessária, já que ele implica numa série de controvérsias, pelas diferentes maneiras como é utilizado pelos cientistas sociais.

Alguns autores que se ocuparam do estudo do campesinato, enfatizaram a dependência do camponês em relação à sociedade externa.

Robert Redfield (1953) concebe uma classificação das sociedades como dois tipos polares, formando um continuum: num extremo, a sociedade de folk, pequena tradição, isolada, pessoal e sagrada; no outro extremo, a sociedade urbana, grande tradição, complexa, impessoal e secular. O campesinato, que se caracteriza por apresentar traços de ambas as sociedades, enquanto se aproxima mais da pequena tradição, requer a cidade para trazê-lo à existência.

Enquanto autores como Redfield e Foster, dão

importância à dependência da comunidade camponesa em relação à cidade, Wolf enfatiza a sujeição do camponês ao poder do Estado.

"(os camponeses) ... são cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que os utilizam para assegurar seu próprio nível de vida, e para distribuir o restante entre grupos da sociedade que não cultivam a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca bens específicos e serviços" (WOLF, 1970: 16).

Para outros autores, no estudo do campesinato, a ênfase deve ser colocada nas características próprias da sua economia.

O conceito de modo de produção é sabidamente marxista. Marx, no entanto, nunca o utilizou com relação ao camponês. Referia-se ao campesinato como "pequena produção mercantil".

Autores marxistas estenderam a concepção teórica de modos de produção para o campesinato, e alguns o consideram como um modo de produção pré-capitalista. Este

conceito, no entanto, tem implicações evolucionistas, pressupondo a transformação do modo pré-capitalista, no modo capitalista de produção. O que tem se observado a respeito do campesinato é que ele convive com outros modos de produção.

De acordo com Tepicht (1973), a economia camponesa se constitui num modo específico de produção que não é gerador de uma formação econômica particular, mas se articula com outras formações econômicas, subordinando-se às leis do modo de produção dominante.

Este modo de produção característico, baseado no trabalho familiar e na posse da terra, é um sistema econômico com lógica própria que não pode ser entendida através da racionalidade de outros modos de produção.

É a capacidade de adaptação da economia camponesa que explica a sua sobrevivência através dos tempos e no interior de outros modos de produção, de acordo com este autor.

Referidas algumas das divergências importantes na utilização do conceito de camponês, devemos salientar que todos os autores consultados concordam em que a caracterização fundamental do campesinato, refere-se ao

fato deste produzir basicamente para a subsistência, utilizando mão-de-obra familiar, em regime de pequena propriedade.

Face a estas características, os habitantes de Canasvieiras são considerados como camponeses neste trabalho.

Utilizamos a concepção de campesinato como modo de produção não capitalista, pois acreditamos que seja a mais adequada, apesar dos riscos de generalidade que envolve.

A obra de Chayanov (1974) constituiu-se como de fundamental importância para este estudo, pela abordagem que propõe.

Chayanov, autor russo representante da "escola para a análise da organização e produção campesina" opôs-se às concepções dos marxistas e populistas russos, a respeito da problemática camponesa. Procedeu a uma análise interna do campesinato, enfatizando, para tal, a importância de critérios subjetivos, já que a família camponesa, vista por ele como unidade de produção e de consumo, tem seu trabalho determinado e destinado à satisfação de suas necessidades. O camponês busca atin

gir o equilíbrio entre produção e consumo. Por isso, é de grande importância o tamanho e composição da família, assim como seu ciclo de evolução, pela disponibilidade de mão-de-obra familiar, permitindo a satisfação das necessidades de consumo da família, sem gasto excessivo de energia (o que ocorre quando os filhos são pequenos e apenas consumidores).

Para Chayanov, a própria diferenciação do campesinato deve ser vista como uma diferenciação demográfica, sendo o acesso à terra condicionado pelo tamanho da família e a procura de equilíbrio entre produção e consumo. Assim, Chayanov discordou de Lênin (1974), para quem o regime das relações econômicas no campo apresentaria as contradições próprias de qualquer economia de mercado, diferenciando-se os camponeses em pobres, médios e ricos, sendo o acesso à terra condicionado por esta diferenciação interna do campesinato. Para Chayanov, ao contrário, seriam, muitas vezes, os camponeses mais pobres, nas regiões onde a disponibilidade de terras é menor, aqueles que estariam dispostos a pagar maiores quantias pela terra, procurando atingir um nível de equilíbrio entre o tamanho da família e a satisfação de suas

necessidades.

Outra característica do campesinato, segundo Chayanov, é a ausência de acumulação de capital pelo camponês, fato já registrado por Marx, que o atribuiu à acumulação externa ao campesinato. Chayanov, no entanto, considerou esta ausência de acumulação de bens como resultante de fatores subjetivos: a família camponesa dispõe uma certa quantidade de energia para satisfazer suas necessidades; estando estas atendidas, um pequeno esforço a mais pode ser considerado demasiado e desnecessário pela unidade de produção camponesa.

Chayanov considerou, desta forma, que a lógica da economia camponesa, sendo específica, não poderia ser analisada de acordo com critérios utilizados para a análise da economia capitalista.

Este autor fundamentou nossa análise da dinâmica interna do campesinato de Canasvieiras, no segundo capítulo do trabalho.

Constituiu-se também em obra importante para esta dissertação, o estudo da questão agrária na Alemanha, elaborada por Kautsky (1972), por ter introduzido o conceito de trabalho acessório, já que considera-

mos a pesca como trabalho acessório do camponês de Canas vieiras.

De acordo com Kautsky, a perda e o parcelamento da terra ameaça de desagregação a pequena exploração camponesa. Num primeiro momento, a família do camponês busca, numa atividade suplementar, ou trabalho acessório, manter a condição camponesa.

O trabalho acessório, se ajuda, de início, o camponês a manter esta condição, passa a exigir a maior parte da energia da família, levando ao descuido com o cultivo da propriedade e à sua conseqüente redução, seja por venda ou arrendamento. Desta forma, o camponês vai se tornando cada vez mais dependente do trabalho acessório e chega um momento em que este se constitui na principal fonte de subsistência da família. Neste momento está completado o processo de proletarização do camponês.

Existem problemas teóricos a serem enfrentados pelos autores que analisam o campesinato fundamentados na teoria marxista. O principal se constitui na concepção das formas pré-capitalistas de produção cuja tendência é desaparecerem, absorvidas pela expansão do

capitalismo, fato que, com relação ao campesinato, deveria resultar invariavelmente na proletarização do camponês.

O que se observa, ao contrário, em nossos países, é a revitalização do campesinato.

No Brasil existem vários estudos que demonstram como o capitalismo convive com formas não capitalistas de produção, sempre que estas permitem maior acumulação de capital. Citaríamos, como exemplos, os estudos de Antônio Cândido (1975) e Maria Rita Loureiro (1977), entre outros.

Quanto à proletarização do camponês, tem sido difícil observar, na complexa realidade em que se entrelaçam modos de produção distintos e diferentes formas de relações sociais e econômicas num mesmo espaço urbano ou rural, a ocorrência linear, ou mesmo constante, deste processo. O setor industrial não parece estar tendo capacidade para absorver a mão-de-obra expulsa do campo e o que tem ocorrido nos países não desenvolvidos, ao lado da urbanização do trabalhador rural, com o aparecimento do fenômeno do "bóia-fria", é o aumento das favelas nas cidades e o incremento do sub-emprego e do desemprego.

Para o estudo da articulação do camponês de Canasvieiras com a sociedade maior, no quarto capítulo desta dissertação, utilizamos as concepções teóricas de Shanin (1980), autor que procura explicar o que caracteriza como um verdadeiro processo de "recamponização". Para abranger a complexidade da análise do real, Shanin defende a multilinearidade da transformação capitalista da agricultura. Este autor, opondo-se ao dogmatismo com que foi utilizada por muitos marxistas a concepção de Lênin a respeito da diferenciação do campesinato como responsável pelo processo de descamponização, diz que podem ocorrer diferentes formas de transformação do campesinato, às vezes dentro de uma mesma sociedade.

Para Shanin, o processo de diferenciação foi importante na transformação capitalista da agricultura, mas não exclusivo. E este processo nem sempre significou a proletarianização do camponês pela crescente acumulação de capital nas mãos dos ricos empresários rurais e urbanos, com a conseqüente expansão das indústrias e a oferta de empregos para o campesinato empobrecido. Como geralmente a acumulação da mais-valia ocorre fora da aldeia e das cidades interioranas, na metrópole distante,

o que acontece não é a proletarização do camponês, mas sim o processo de sua crescente pauperização, expresso pelos fenômenos de favelas, população excedente, sub-emprego rural, cultura da pobreza, etc.

De acordo com Shanin, sob certas condições, os camponeses não desaparecem, não se diferenciam em capitalistas e proletários, nem são simplesmente pauperizados. "Eles persistem, ao mesmo tempo que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante ..." (SHANIN, 1980:58). No entanto, os camponeses são marginalizados, à medida em que decai a importância da agricultura camponesa dentro da economia nacional. Os camponeses persistem porque servem à economia capitalista, fornecendo-lhe alimentos baratos, mão-de-obra barata e mercado. Constituem uma espécie de "acumulação primitiva" permanente, segundo Shanin.

Para o autor, a limitação fundamental de muitos estudos sobre o campesinato, deriva do fato de que pressupõem uma economia de mercado livre, sem considerar a natureza da crescente intervenção do Estado na economia.

O conceito de frente de expansão constituiu-se

em certa dificuldade para este trabalho, por ter sido utilizado de formas diversas por diferentes teóricos, confundindo-se, em alguns textos, com as concepções de fronteira e zona pioneira. Além disso, traz embutida a idéia de oposição entre velho e novo, tradicional e moderno.

Se, pelos geógrafos, este conceito é utilizado com forte conotação espacial, pelos antropólogos tem sido usado muito especificamente para explicar o confronto entre a sociedade nacional e sociedades indígenas.

De maneira geral, os cientistas sociais procuram enfatizar, na análise de confronto entre sociedades através de frentes de expansão, os aspectos de mudanças culturais, decorrentes das modificações de relações sociais e de produção que ocasionam.

Para este trabalho, utilizaremos o conceito de acordo com José de Souza Martins, que estabelece distinção entre frente pioneira e frente de expansão. Enquanto a frente pioneira se exprime como "um movimento social cujo resultado é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado" (MARTINS, 1975:45), constitui-se em frente de expansão, a faixa entre a fronteira econômica, representada pela frente pioneira, e a fronteira demográfica

fica, cuja vida econômica não está estruturada primor^{di}almente a partir de relações com o mercado, sendo caracterizada pelo autor como uma "economia do excedente". Martins distingue a economia de excedente da economia natural, na medida em que a primeira, voltada principalmente para a produção de subsistência, produz também excedentes que adquirem valor de troca na economia de mercado. Para este autor, a frente de expansão se integra na economia de mercado, através da "absorção do excedente demográfico que não pode ser contido dentro da fronteira econômica" (MARTINS, 1975:46) e pela absorção dos excedentes da produção.

" ... as tensões que marcam a frente de expansão são tensões entre a sociedade capitalista que se faz presente na fronteira econômica e a sociedade (...) à qual se disputa, mediante o empenho dos que estão situados na frente de expansão, a terra necessária à preservação dessa frente" (MARTINS, 1975:47).

1.2. HISTÓRICO

Em sua História Econômica do Brasil, Roberto C. Simonsen (1978), numa análise abrangente, que procura sempre estudar o país em interação com toda a América Latina e com os países europeus coloniais, destaca o sucesso do projeto colonial português no Brasil, com a implantação de uma agricultura voltada para o mercado externo, cuja função, além dos objetivos econômicos imediatos, foi também a de assegurar a posse da terra, na qual os portugueses tinham esperança de encontrar metais preciosos, como ocorrera na América Espanhola.

Esta opção por uma economia agrícola de exportação imprimiria, para Simonsen, características indeléveis ao modelo de desenvolvimento econômico do país.

Com relação a este quadro colonial, de latifúndios produzindo para o mercado externo, desenvolveu-se no país uma série de análises da estrutura agrária que comportou grandes polêmicas, sendo a mais rumorosa, aquela travada entre os que consideravam o Brasil Colonia como feudal e aqueles que rejeitaram veementemente esta posição, procurando demonstrar que o país esteve, desde

o início, inserido numa economia subordinada aos interesses mercantilistas internacionais.

Estes autores têm se insurgido particularmente contra a principal decorrência da concepção de Brasil feudal, qual seja a da visão de um país dualista, onde uma agricultura atrasada dificulta o desenvolvimento econômico, através da industrialização modernizadora. Vários cientistas sociais, contrários a esta visão dualista, chegam a afirmar, a exemplo de Gláucio Soares (1976) ter sido sempre justamente esta agricultura tida como atrasada, o sustentáculo do desenvolvimento de outros setores da economia, inclusive o setor industrial.

Caio Prado Júnior, como opositor destacado da concepção histórica de um Brasil feudal, usa entre outros argumentos, o de que o feudalismo se assenta sobre uma economia camponesa, que define como aquela " ... que vem a ser a exploração parcelária da terra ocupada e trabalhada individualmente e tradicionalmente por pequenos camponeses, isto é, pelos pequenos produtores" (PRADO JR., 1978:45), o que não ocorreu no Brasil. Em nosso país foi implantado, de início, um sistema mercantilista de economia, seguindo os moldes dessa ... "mesma civili-

zação e cultura ocidentais, que seriam o berço do capitalismo" (PRADO JR., 1978:80). Não se poderia, assim, falar de um período colonial pré-capitalista, num país onde a natureza estrutural da grande exploração agrária manteve-se intacta até os nossos dias, só mudando nela as relações de produção, quando o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre.

O que constituiu efetivamente, para Caio Prado Jr. e outros autores, uma economia camponesa no Brasil, e representou uma exceção à regra, ocorreu com a implantação dos núcleos de colonização estrangeira no sul do país, a partir da segunda década do século XIX. Concorrendo fundamentalmente com esta posição, de que o campesinato no Brasil se constituiria numa exceção ao modelo dominante de povoamento e exploração econômica, queremos demonstrar que, antes da chegada dos primeiros núcleos de colonização estrangeira, no século XIX, já teria sido tentada no Brasil colonial, pela própria Coroa Portuguesa, a implantação de um projeto de colonização no litoral de Santa Catarina, que podemos caracterizar como camponesa, conforme nos foi sugerido pela orientadora deste trabalho.

Devemos, para isso, referir ao desenvolvimento histórico da Ilha de Santa Catarina, local onde se radicou a população açoriana camponesa e onde se insere a comunidade estudada.

A Ilha de Santa Catarina, com os portos de São Francisco e Laguna, por suas condições para reabastecimento de navios, tornou-se alvo de disputa entre portugueses e espanhóis.

No século XVII o governo português fez concessões de terras na Ilha, procurando moradores permanentes para garantir sua posse.

Embora as terras concedidas aos vicentistas, primeiros povoadores da Ilha (após os índios Carijós, vitimados pelas bandeiras preadoras de escravos) tenham seguido o modelo da grande propriedade, por variadas causas, entre elas a escassez de capital dos donatários e as invasões espanholas, aqui nunca se implantou a grande exploração, e sim a pequena propriedade, voltada para a produção de alimentos para a população local.

A concessão de pequenas glebas de terra aos colonos trazidos das Ilhas portuguesas, no século XVIII, veio confirmar em definitivo o modelo de exploração do

solo já instalado.

Oswaldo Rodrigues Cabral, no trabalho "Os Açorianos (1950) faz o relato pormenorizado, baseado em fontes primárias e obras de historiadores antigos, das condições em que foram transportadas e instaladas na Ilha de Santa Catarina e no continente, as famílias trazidas das Ilhas dos Açores e da Madeira.

"Não temos conhecimento, em toda a história do povoamento do Brasil, de que contingente maior, de uma só empreitada, com deliberado propósito, tenha sido transferido com finalidades colonizadoras, de uma para outra parte do império lusitano!"

(CABRAL, 1950:526)

Cabral procura os motivos históricos deste projeto de colonização, detendo-se na análise das causas do insucesso do empreendimento, em termos do progresso econômico dos núcleos de colonos instalados na Ilha.

Cardoso (1960) faz uma síntese do desenvolvimento histórico de Destêrro e da Ilha de Santa Catarina, nas suas especificidades e nas suas relações com o Brasil Colônia e com a República, baseado nos relatos de

viajantes, em documentos históricos e nas obras de José Boiteaux, Miguel de Brito e Oswaldo Cabral.

Ressalta alguns aspectos importantes:

- 1) A colonização do sul do Brasil, deveu-se tanto à busca de novas atividades produtivas pelos paulistas (que, não podendo competir com os ricos senhores de escravos negros na extração de minerais nas jazidas por eles descobertas, voltaram-se para a p^{re}a de gado, abundante na região sul), quanto aos desígnios expansionistas da Coroa em direção ao Prata. Para assegurar a posse deste território, se fez necessária a edificação de fortalezas nos portos estratégicos do Atlântico, como a Ilha de Santa Catarina.
- 2) Enquanto nas demais regiões, Portugal procurou, desde o início, implantar a grande lavoura de exportação, na região sul, mais especificamente em Santa Catarina, a colonização se processou no sentido de produzir alimentos para a população local e fornecer

homens para servir nas fortificações militares.

- 3) Embora a colonização do sul não tenha seguido o modelo empregado por Portugal nas outras regiões do Brasil, esteve sempre subsidiada aos interesses econômicos e político-militares da Coroa. Assim sendo, todo o estudo do desenvolvimento econômico do sul deve ser feito levando em conta a inserção da região no contexto maior, o país, em sua interação com a economia mundial.

Fernando H. Cardoso analisa o desenvolvimento econômico e social de Destêrro até meados do século XX. Em sua análise, fica evidente a dicotomia entre os núcleos de colonização rural da Ilha e o centro urbano de Destêrro, depois Florianópolis, que adquiriu uma certa significação comercial através da atividade portuária e que, posteriormente, com o incremento da industrialização do país e a prioridade dada aos transportes rodoviários, pelo seu relativo isolamento em relação a outros centros econômicos da região sul, sofreu um processo de estagnação econômica que se estendeu até a década de 50,

época em que Cardoso realizou o trabalho.

O autor ressalta, no entanto, o fato de Florianópolis, embora ressentida de certa estagnação, beneficiar-se economicamente, como capital administrativa, do desenvolvimento das atividades produtivas de outros polos econômicos do estado. Como o mesmo benefício não se estendeu aos núcleos rurais da Ilha de Santa Catarina, continuou a acentuada dicotomia entre aqueles e o centro urbano.

A população rural, descendente dos colonos açorianos, foi herdeira do que os autores consultados caracterizam como o fracasso do projeto de colonização, cuja causa mais evidente foi, segundo Cabral, além da distribuição inicial de lotes muito pequenos para a maioria dos colonos, o "estatuto colonial", que determinava ocasionalmente o confisco das culturas agrícolas e obrigava os agricultores ao serviço militar.

Se algumas culturas, como a mandioca, chegaram a ter importância, sendo esta, inclusive, exportada para outras regiões do país, nunca se desenvolveram empreendimentos agrícolas maiores. A própria mandioca sempre sofreu a concorrência de seu cultivo abundante em outras

regiões e, se conseguiu, em determinadas épocas, expa
dir seu mercado, isto esteve na dependência de problemas
que porventura tivessem atingido as safras de outros lo-
cais.

Sendo assim, a população dos núcleos agrícolas
viveu sempre da lavoura de subsistência, produzida nas
pequenas propriedades, com mão-de-obra familiar, even-
tualmente comercializando parte da produção. Estes campo-
neses desenvolveram também atividades artesanais e a
pesca sazonal se constituiu, desde logo, no seu trabalho
acessório, conforme ressalta Beck (1979).

De acordo com Cardoso, as condições rurais não
mudaram muito no decorrer do século XIX e do século XX.

" ... no mundo rural da Ilha não emergiu
nenhuma fonte regular de riqueza capaz de
elevar os colonos à condição de senhores,
na ordem estamental do Império. O mundo
rural da Ilha continuou, no geral, sendo
pobre e plebeu" (CARDOSO e IANNI, 1960:
62).

Analisando os dados do censo de 1950, o autor
concluiu "De qualquer maneira, as transformações por que

teria passado a economia agrária de Florianópolis são irrelevantes do nosso ponto de vista".

É o impacto da urbanização neste mundo rural que pretendemos analisar numa das comunidades do litoral da Ilha.

O desenvolvimento de Florianópolis que foi por muito tempo marcado por feições de estagnação, teve este quadro modificado nas últimas décadas e a capital, sem ter perdido suas características, dinamizou suas funções político-administrativas, desenvolvendo bastante o comércio, os serviços bancários e o setor de construção civil.

Os fatores que propiciaram condições para os impulsos do desenvolvimento da capital, segundo Paulo Lago (1968a), foram justamente as oportunidades decorrentes do seu papel político, angariando recursos e financiamentos do governo federal para o incremento de obras de base, como o fornecimento de energia, implantação de rodovias federais e estaduais, diversificação das funções culturais da cidade com a criação da Universidade Federal, entre outras.

Uma das aspirações para o desenvolvimento da

região, com a ampliação do setor de serviços para a absorção de mão-de-obra e circulação de rendas, tem sido o aproveitamento das excepcionais condições da Ilha quanto às belezas naturais, na chamada indústria do turismo. Apesar de algumas desvantagens climáticas, o turismo está começando a fazer parte da realidade da Ilha.

Algumas comunidades litorâneas sofrem hoje uma brusca transição para a condição de balneário, recebendo grande aumento do efetivo populacional nos meses de verão. Estão passando também por um intenso processo de especulação imobiliária.

Canasvieiras foi a localidade da Ilha onde houve maior transformação, com a construção de muitas casas de veraneio, bons hotéis, restaurantes, clubes e prédios de apartamentos. É a praia onde foi significativo o investimento do setor imobiliário. Também é aquela que foi mais lembrada pelos órgãos públicos para obras de infraestrutura.

Estes motivos, além da convivência mais alongada com pessoas da comunidade, levaram-nos a escolher Canasvieiras como local de pesquisa.

CAPÍTULO II

O CAMPESINATO DE CANASVIEIRAS NO PASSADO

Cardoso (1960:62) ao analisar o desenvolvimento econômico e social de Florianópolis, ressalta as condições de estagnação e pobreza em que viviam as populações rurais da Ilha de Santa Catarina, em contraste com a população urbana, que conheceu alguns períodos de desenvolvimento, com o incremento das atividades comerciais e portuárias. Esta situação das comunidades rurais, de acordo com o autor citado, vinha se mantendo quase inalterada desde a colonização e perdurou pelo decorrer do século XIX, até meados do século XX.

As pessoas entrevistadas para a realização deste trabalho, nascidas, na sua maioria, entre 1905 e 1918, ao relatarem as condições de vida das famílias no período de sua infância, confirmam a interpretação de Cardoso.

A principal dificuldade econômica, de acordo com seus relatos, era a da obtenção de dinheiro, determinando o que se pode caracterizar como uma economia de

troca. Assim, a família produzia quase tudo o que necessitava para o consumo com as atividades agrícolas, a pesca e o artesanato. Nas vendas (armazéns) obtinha os gêneros que não produzia, como sal, querozene, fósforo, etc, pagando muitas vezes com produtos agrícolas, quando não tinha dinheiro. Os "pombeiros"¹ se encarregavam do intercâmbio comercial entre o centro urbano e a comunidade litorânea.

Estes camponeses possuíam engenhos de farinha, de açúcar e engenho para pilar o café. Criavam vacas de leite e animais de tração (boi e cavalo) para o transporte e para os trabalhos nas lavouras e nos engenhos. Tinham criação de aves domésticas, como galinha, marreco, peru. Muitos criavam também porcos.

As casas de moradia eram, em geral, de estuque. Havia residências mais antigas de pedra, segundo o testemunho de um dos entrevistados. Algumas casas eram cobertas de palha, aquelas da beira da praia.

Com referência à localização das casas podemos perceber uma nítida diferenciação entre estes camponeses. Os mais pobres construía suas casas nos terrenos

1. Os termos utilizados pelos informantes são definidos no glossário, à p. 134.

de marinha, à beira mar. Aqueles que podiam adquirir terras, ou que possuíam terra de herança, construíam as casas nas encostas, onde plantavam. Enquanto as moradias dos primeiros eram de estuque, cobertas de palha, as dos segundos, quando de estuque, eram caiadas e cobertas com telhas.

Muitos dos entrevistados referiram-se com estranheza ao fato de serem, atualmente, justo os terrenos da beira do mar os mais valorizados nas transações imobiliárias.

Assim como as casas, os móveis e utensílios, como bancos, estrados para cama, esteiras de palha, cestas, panelas de barro, etc, eram feitos pelos camponeses.

É o seguinte o relato de uma informante:

"Vida hoje é muito fácil, muito fácil. Água do poço carregava-se em pote, naqueles potes de barro, a gente carregava água assim ... A vida na cidade era melhor, era outra né? Sempre teve a luz, sempre teve água ... Depois aqui melhorou, porque ficou quase igual à cidade. Veio a luz, veio a água encanada, veio o chu

veiro, que a gente não tinha. Tomava banho de banheira. Em pequena eu sempre me criei com gamela, aquelas gamela de pau. Comprava-se gamela prá dar banho em criança. Mesa não se tinha, comia-se no chão. Fui criada comendo no chão. Comia no chão, numa esteira, todos em volta, sentados numa esteira. E todo o mundo aqui. Não se tinha mesa, era sentada no chão. Fazia aquela esteira, minha mãe fazia, meu pai também. Estendia a toalha e comia em cima ..." (professora aposentada)

Entre os produtos cultivados, estava o algodão, que fiavam para tecer roupas e redes de pesca.

De acordo com um informante:

" ... E a vida era uma vida dura porque nós, prá vestí, minha mãe botava roça de algodão. Minha mãe batia o algodão, colhia-se o algodão, batia, depois ia lá numa tal de Maria Cândida, então ela tecia o pano prá fazê saço, prá fazê roupa e tecia o listado, eu lembro até o nome - pé trocado.

P. Então até tingiam a fibra prá fazer de

outra cor?

R. Era tingido! Tingido com uma baga, seca-ligeiro, açafirão. O açafirão era amarelo, o seca-ligeiro azul, ou então, erva danili. Nós temo aí erva danili. Era cortá um bocado, botá a fervê e botá o fio ali. A gente fazia o fio do jeito que a gente queria, né? Prá manta ..." (lavrador aposentado)

Não havia médico ou outros profissionais de saúde. Os entrevistados referem-se somente a um posto do serviço de Malária, com 2 funcionários. Todas as doenças eram tratadas com ervas para chá ou homeopantias, ministradas pelos "entendidos". Entrevistamos uma "entendida" que nos informou do seu processo de aprendizado:

"Eu dava homeopatia para panarício, febre. Meu avô sempre deu homeopatia aqui. Minha avó também aprendeu a dá. Quando o avô morreu, me deixou o livro que ensinava a fazê homeopatia e eu comecei a dar. Mandava comprá as misturas na farmácia da cidade, pelas minhas filhas ou por um portador, e preparava o remédio aqui. Cobrava 500 réis, mas não dava prá

nada. Muita vez tinha que dá umas bolachinha prá ajudá o doente..." (prática em homeopatia)

A assistência aos partos era prestada pelas "parteiras", cujo ofício era aprendido em geral na prática, assistindo o trabalho realizado por outra parteira. É o que nos relatou outra informante:

"Minha mãe morreu em 1940. Ela era parteira. Em 1941 uma sobrinha minha percisou, errou, ficou esperando nenén, depois não tinha quem atendesse, o meu irmão perguntou:

-Tu não sabe fazê o serviço?

Eu disse prá ele:

- Eu, se Nossa Senhora ajudá, eu faço.

E foi prá já. Aí fiquei sendo parteira no lugar. Trabalhei 22 anos aqui, como parteira, trabalhei isso aqui que a senhora não queira sabê. De saí da fornagem da farinha, de noite, de fazê beijú, de fazê meio alqueire de massa de beijú e baterem no engenho lá onde eu tava trabalhando, prá ir dá socorro a senhora deles ...

P. Como é que a senhora aprendeu a profissão

de parteira? Olhando a sua mãe fazer partos?

R. A minha mãe fazia em mim.

P. A senhora nunca assistiu os outros partos que ela fazia?

R. Fora, não. Só em mim.

P. Então foi nos seus partos que a senhora aprendeu. E sempre correu bem?

R. Tudo. Nunca morreu nenhuma em minha mão.

Quando eu chegava dizia "é já", é já. E

quando não era prá já eu dizia "minha filha,

pode chorá, pode gemê por que já não é, pode

sê prá amanhã, pode sê uma friagem! Em tantos

que a senhora sabe que eu nunca tirei diploma

por isso, nunca tirei diploma, mas o que eu

dizia, era. Nunca aconteceu nada na minha

mão, graças a Deus. Só quando eu achava, en-

tende, aqui duas senhora que eu achei que as

placentes não eram prá mim, que eu conheci

que as placenta eram presas, eu não ia matá a

mulher, então eu dizia: "leva prá maternida-

de!"

P. Como é que o pessoal lhe pagava os partos?

R. Ah, isso era mixaria. Me davam uma cuia de farinha, outro me dava uma cuia de feijão, prá mim trazê prá comer. Se tinha alho, me davam uma réstea de alho. Conforme eles tinha em casa, que isso que eu tô dizendo prá senhora, que tudo era pobre, nesta outra época. Conforme eu tô dizendo prá senhora! (lavradora aposentada, parteira)

Era comum a morte de crianças, tendo a maioria dos entrevistados feito referência à de irmãos ou mesmo de filhos, por causas muitas vezes desconhecidas (uma febre, por exemplo). As doenças identificadas por eles foram "pontada" de pneumonia, problemas intestinais e "amarelão" (verminose). Um dos informantes relata a doença de um irmão, vítima de verminose.

"P. Quantos irmãos o senhor tinha?

R. Eram 8. Diz que minha mãe teve 18, mas só sobreviveram 8.

P. Morreram na infância?

R. É. Me lembro de 2, dos outros não me lembro.

P. Do quê morreram?

R. Amarelo, amarelo.

P. Febre amarela?

R. Não, amarelo, amarelão.

P. E o que era isso?

R. Pois era a pessoa que tinha vício. Comia barro. Tinha um tal de Chico Vinício lá atrás do morro, que ensinava os rapazes a comê. Na terra tem um bicho que fura a terra e faz uma rosquinha daquela poeira, e ele ensinou o rapaz a comê aquilo. Depois a minha mãe trouxe ele prá casa, tratou dele, ele ficou vermelho. Depois minha tia levou ele de novo prá lá e ele voltou a comê terra ..." (lavrador aposentado)

A verminose era, provavelmente, a doença de maior incidência já que não havia em Canasvieiras o hábito da utilização de sanitários. De acordo com o mesmo informante que relatou o caso de amarelão, começou-se a utilizar fossas negras somente por volta de 1950, quando o governo do estado implantou o sistema, mandando construir as fossas nas propriedades dos agricultores e pescadores. No entanto, esta providência não

foi acompanhada, na época, de uma eficiente campanha de esclarecimento, razão pela qual muitas das "casinhas" foram usadas como depósitos de lenha ou bananas por seus proprietários. O hábito da utilização correta dos sanitários só se efetivou através de campanha do Serviço de Extensão Rural, prestando os necessários esclarecimentos à população, alguns anos mais tarde.

O transporte era muito difícil, pela inexistência de estradas e condução. Os entrevistados falam em "atalhos" e "carreiros", que cortavam as freguesias, ligando umas às outras. Usava-se, em geral, o cavalo, as "aranhas" e as baleeiras. Muitos dos informantes costumavam fazer o trajeto à cidade à pé com regularidade, levando várias horas na caminhada, como esclarece uma das entrevistadas:

"Minha mãe criava galinha para comê e vendia os ovos. Ia vendê na cidade e comprava carne, roupa para os filhos.

P. E como ela ia até à cidade para vender os ovos?

R. De pé. Porque nesta época não havia condução de qualidade nenhuma. Era tudo de pé. Ela

saía daqui de madrugada, mais um filho, com um balainho nas costas, e quando voltavam pra casa era madrugada outra vez. Ir pra lá e volta, né. Quem anda de carro não vê a lonjura ... E não era nas estradas em que nós estamos passando agora, era em outros lugares pior. Era subi morro, descê. Era pior. Ela ia de 8 em 8 dias, de 15 em 15 dia ..." (lavradora aposentada, parteira)

Em meados da década de 20, foi implantado um serviço de ônibus, com uma viagem diária à cidade (ia de manhã cedo e voltava à tardinha). De acordo com um informante, a condução muitas vezes tinha que ser empurrada pelos passageiros, na altura do Morro das Pedras.

O acesso à cidade era, assim, penoso e demorado.

As famílias eram, em geral, numerosas, com 6, 8, 9 e até 10 filhos. Das pessoas entrevistadas, só três pertenceram a famílias menores, com 3 e 4 filhos.

As crianças frequentavam a escola na própria localidade. Era Escola Isolada, que ministrava somente o curso primário (4 primeiras séries do 1º grau de ensino)

no). Ficavam na escola, em geral, por 2 ou 3 anos. Alguns iam até a 4ª série. Estes não continuavam os estudos pela dificuldade de transporte para a cidade e também porque tinham que ajudar os pais no trabalho da roça e na pescaria. É o que declara um informante:

"P. E por que deixou de estudar?

R. Porque ... deixemo de estudá porque no estudo não dava nada prá nós. Então nós era obrigado a trabalhá e a pescá, porque se nós começasse só no estudo, então não tinha prá se mantê. Então tinha que trabalhá ..." (pescador)

As entrevistadas que se tornaram professoras na própria localidade, em número de 2, estudaram mais alguns anos, parando em casas de conhecidos na cidade, onde auxiliavam no serviço doméstico. Relatam que, depois de empregadas no magistério, tiveram acesso à cursos de treinamento promovidos pela Diretoria de Ensino da Secretaria de Educação.

Todos os entrevistados informaram que começaram a trabalhar por volta de 10 anos. Os meninos, comumente na pesca e as meninas, na roça e fazendo renda.

Percebemos, pelas entrevistas, que deram a idade de 10 anos para o início do trabalho considerado formal por eles. Acreditamos que o trabalho na lavoura, para os meninos, e o trabalho doméstico para as meninas, começava informalmente mais cedo.

A pesca e a renda, por serem objeto de remuneração, eram valorizados como trabalho.

2.1. A LAVOURA

A atividade principal dos habitantes de Canas vieiras no início do século era a agricultura. De acordo com a totalidade dos informantes, naquele tempo todos plantavam.

As principais lavouras eram as de cebola, de mandioca para a farinha, de feijão, milho e café.

Tinham chácaras (pomares) onde cultivavam frutas, principalmente a laranja, a banana, a nona.

Alguns plantavam nas suas próprias terras, outros nos terrenos de terceiros, nos sistemas de meia ou de terça, como relataram vários informantes:

"P. E seus pais, o que faziam?

R. Meu pai era lavrador. Minha mãe era doméstica.

P. E ele tinha terra para plantar?

R. Ah, muita terra!" (professora aposentada)

"P. O seu pai, então, trabalhava na lavoura?

R. Na lavoura. Pescaria e lavoura. Sempre os dois.

P. E na lavoura, ele tinha terra prá plantar?

R. Não senhora, nunca teve. Sempre plantando no terreno dos outros.

P. Plantava de meia?

R. Sempre de terça, não de meia, de terça.

P. Terça?

R. Duas partes para o dono do terreno e parte prá ele. Sempre toda a vida assim!" (pescador)

"Eu nasci em São Miguel. Vim com meus pais. Vieram prá Canasvieiras botá roça de arroz. Trabalhavam naquele tempo na lavoura e meu pai veio aqui porque o Seu Pedro Rocha tinha

um sítio e meu pai veio plantar ...

P. Esta terra em que ele veio plantar a roça de arroz era dele mesmo?

R. Não, era do Pedro Rocha.

P. Ele plantava em que sistema?

R. Ele plantava prá si. O Pedro Rocha dava o terreno e ele dava um terço pro Pedro Rocha. Ficava com dois terços! (pescador aposentado, comerciante)

"P. Quando o senhor era pequeno, no quê seus pais trabalhavam?

R. Meu pai era lavrador. Aqui só tinha lavrador, né? Se vivia disso, plantando.

P. Plantava pro gasto ou vendia?

R. Não, plantava só prá comê. Prá vendê não dava...

P. E ele plantava na terra dele mesmo?

R. Dele mesmo! (pescador e funcionário público aposentado)

"P. E o tempo da sua infância? Como é que

foi? No quê seus pais trabalhavam?

R. A minha vida lá no tempo que me criei era eu, meu pai, minha mãe e mais 2 irmãos. Toda a vida trabalhamos na lavoura, roça ...

P. O seu pai tinha lavoura, e a terra, era dele mesmo?

R. Era dele mesmo.

P. Como ele conseguiu comprar a terra?

R. A terra ele herdou do pai e da mãe dele. Era herança! (pescador aposentado)

" ... Então a gente vivia numa pobreza medonha. Meu pai era um homem que trabalhava muito, mas trabalhava do jeito que Deus sabe. Tinha um homem aqui, de Laguna, que tinha um negócio aqui, então meu pai trabalhava pra ele e ele explorava, né? Quando chegava no fim da safra meu pai ia fazer as contas e ainda ficava devendo.

P. Seu pai, então, plantava pra ele?

R. Plantava de meia. E meu pai ficava devendo! (lavrador aposentado)

" ... A minha mãe não era casada com meu pai.

A minha mãe me criou sózinha, com os outros irmãos.

P. E como é que ela fez prá criar os filhos?

R. Ela fez, coitada, girando, trabalhando de roça.

P. Ela tinha terra?

R. Não. Ela plantava no alheio...."(lavradora aposentada, parteira)

Procuramo-nos aprofundar melhor na afirmação, comum nas entrevistas, de que antigamente tinha mais fatura porque todos plantavam para o gasto e chegamos à informação de que havia em Canasvieiras duas grandes áreas de terras férteis, entre a praia e as encostas, que eram utilizadas comunitariamente pelos moradores, para a lavoura e a pastagem da criação.

São os testemunhos de dois informantes:

"Ali onde era o campo dos Moura, ali era o terreno dos pobres, ali eles faziam horta, plantavam mandioca ... O governo dava pros pobres plantá. O terreno era do governo, o governo dava. Eles iam plantá lá. Plantavam

muita cebola, mandioca. Todo o mundo tinha sua plantaço^zzinha naquele tempo. Tinha um animalzinho também, todo o mundo gostava de ter um animalzinho. Hoje não tem mais, não... Tinha o campo. Onde tem essas casas que a senhora vê aí, tudo era campo. Era do governo, todos podiam usar. Botavam a criação ali, tudo era campo. Depois o Moura comprou ali, cercou, daí o povo ficou sem lugar pro gado. Todo o mundo tinha gado. Depois acabou" (pescador aposentado, comerciante)

" ... Era perto da praia, onde hoje é turismo. Os terrenos todos daqui, desde ali onde é o Dr. Oto até lá na Cachoeira, um pobre queria fazê uma casa, não pedia ordem a ninguém, ia lá, escolhia um lugarzinho e fazia. Ia no campo, tirava aquela tiririca, cortava, amarrava, ali mesmo tirava a madeira, porque tinha madeira, fazia a sua casinha. Agora, hoje, hoje tá tudo na mão do rico. Pobrezinho ficou prá trás. Era assim, tinha aqui dois campos,

tinha esse aqui, onde é a Florestal, e tinha aquele onde é a Colônia da Penitenciária. Então, se eu tinha uma vaquinha ou duas, ia lá, tirava a corda e deixava solta no pasto. Quando eu queria, ia lá vê. Hoje não tem mais disso!" (pescador e funcionário público aposentado)

Os autores citados para a fundamentação teórica desta dissertação, enfatizam a subordinação do camponês em relação à cidade, ao Estado ou ao modo de produção dominante.

Fica muito evidente, na análise das entrevistas, a subordinação dos camponeses de Canasvieiras às decisões externas à comunidade. O governo é visto por eles como uma entidade abstrata, contra cujas decisões não é possível se insurgir. Eles as aceitam com certa dose de fatalismo e resignação. Os campos eram do governo, o governo dava pros pobres plantarem, mas o governo resolveu vender, foram cercados e o povo ficou impedido de utilizá-los. A prefeitura resolveu fazer uma florestal no campo, fez um arremedo, os pobres não puderam mais usar, e ficou por isso mesmo.

É a continuação do relato do último informante:

" ... Primeiro eles venderam aquele campo, ainda me lembro que eles venderam pro Cantalício, parece, não, o Cantalício comprou mais o Moura. Depois não sei como é que fizeram, foram indo e venderam pro estado, ou o estado tomou conta. Sei que colocaram aquela Colônia lá. A gente ainda botava o gado lá, mas nem adiantava botá. Como eu, botei uma vaca, aqueles preso, tinha um preso lá que comia gado à vontade, dos outros. Desaparecia, a gente ia lá procurá, não tava mais. Os presos negociavam ali na Colônia, faziam criação, de gado, de porcos, galinha, plantavam tudo prá eles. E o governo sustentava, compreendeu? Se tinha 2, 3 filho ou 4, o governo sustentava a família e o que ele colhia era prá ele. Teve preso aí que saiu daí e já comprou terreno, chácara. E esse campo daqui também tomaram conta aí, diz que era prá fazê uma florestal, eu não vejo florestal nenhuma. Tem lá uma coi

sinha parecida. Os empregados foram lá prá cidade, agora inventaram uma escola fazendária, né? Ora, tá enchendo de mato tudo. Eles começaram esta escola, ia ficá bonito, mas pararam. Agora não sei o que vão fazê, não sei ..."

Chayanov (1974:73), quando analisa a diferenciação do campesinato, para explicar sua concepção de diferenciação demográfica, alude a condições externas à composição e evolução da família, facilitadoras do empreendimento agrícola camponês, referindo-se à quantidade e qualidade das terras disponíveis, às condições climáticas favoráveis e ao acesso ao mercado para a venda dos produtos agrícolas.

Embora a motivação principal do camponês seja o consumo da família, vários autores ressaltam a ligação que os camponeses estabelecem com o mercado, através da venda do excedente agrícola e da compra dos gêneros que não produzem. O termo excedente suscita controvérsias, já que o camponês muitas vezes comercializa produtos que farão falta para o consumo familiar, em condições de necessidade.

De qualquer forma, é importante a análise da articulação do campesinato com a sociedade envolvente, via mercado.

Em Canasvieiras não havia facilidade para a comercialização dos produtos agrícolas. Como informam os entrevistados, todos plantavam, razão porque ninguém com prava. O acesso à cidade para o escoamento dos produtos era difícil. A não ser o pequeno comércio realizado pelos pombeiros, que levavam o peixe e alguns produtos agrícolas para vender nas outras freguesias e no centro urbano, a comercialização dos gêneros da lavoura não era significativa.

O único produto agrícola que plantavam também para comercializar, era a cebola, a lavoura mais importante de Canasvieiras, segundo os informantes. Levavam a cebola em canoas e baleeiras para vender na cidade. Al guns comerciantes (em geral de Canasvieiras) fretavam caminhões para levar o produto ao mercado. Também vinham negociantes da cidade para comprar a cebola de Canasvieiras.

Chayanov (1974) considera que não há motivação intrínseca à família camponesa para a acumulação de

capital, já que esta visa fundamentalmente a relação ótima entre trabalho e satisfação de necessidades. Quando existe um interesse específico por acumular capital, geralmente está relacionado a um objetivo importante para o equilíbrio do projeto econômico camponês, como a obtenção de terras.

Em Canasvieiras podemos perceber, pela análise das informações recebidas, que houve duas possibilidades de aquisição de capital para empregar na compra de terras: a pesca sazonal no Rio Grande e a atividade comercial. Com efeito, de todos os proprietários de terra entrevistados, aqueles que não as receberam por herança, adquiriram-nas por meio do comércio como pombeiros, e, principalmente, através do dinheiro ganho com a pesca no estado vizinho, para onde se deslocavam por longos períodos, durante as estações de safra de determinadas espécies, deixando a mulher e os filhos responsáveis pelo trabalho na unidade de produção campesina.

O fato das atividades propiciadoras de oportunidades de aquisição de terras para a lavoura não estarem diretamente ligadas ao trabalho agrícola (já que o próprio comércio ocorria mais em função da pesca que da

lavoura), demonstra as pequenas perspectivas do empreendimento camponês na Ilha de Santa Catarina, já referidas pelos historiadores citados.

2.2. A PESCA

Se a lavoura era o trabalho principal dos habitantes de Canasvieiras, ao tempo da infância da maioria dos nossos entrevistados, a pesca se constituía claramente no que podemos chamar de seu trabalho acessório, de acordo com Kautsky (1972). O produto da pescaria era importante na dieta do camponês, e era mais facilmente comercializável, permitindo-lhe, assim, obter o dinheiro necessário para a compra do pouco que ele não produzia. Era o trabalho que o auxiliava a manter a sua condição de camponês.

Naquela época a pesca era nitidamente uma atividade artesanal, com todos os instrumentos de trabalho produzidos pelo camponês, como relata um informante:

"Meu pai roçava essas coivara, pau de canoa, derrubava pau de canoa ... Fiava-se o algodão prá fazê a rede, então ficava uma rede pe

sada, aquela rede era mandriona, ficava no fundo quando nós ia botando a rede ... Depois veio um outro fio, ticum, era fiado também ..." (lavrador aposentado)

E de acordo com o testemunho de outro informante:

"P. E a pesca também era a remo?

R. É, não tinha motor. Naquele tempo não havia motor ..." (pescador aposentado, comerciante)

Até este ponto de nossa dissertação, temos procurado descrever aquilo que os entrevistados recordaram a respeito de sua infância, nas primeiras décadas do século.

Os informes mais detalhados sobre a atividade da pesca, referem-se, no entanto, ao trabalho dos entrevistados do sexo masculino já quando adultos, principalmente.

Nesta altura devemos estabelecer uma relação entre trabalho principal, trabalho acessório e identificação.¹

1. Para uma discussão mais aprofundada sobre pesca e trabalho acessório na Ilha de Santa Catarina ver BECK, A. (1979)

Com base na bibliografia utilizada, caracterizamos os habitantes de Canasvieiras, tal como nos foram descritos nos relatos do passado, como camponeses.

Não é esta, no entanto, a terminologia empregada por eles.

Quando se referem aos seus pais, usam a designação de lavradores, como atestam alguns testemunhos já transcritos. Ao mesmo tempo, contaram que os pais também pescavam. Esta designação de lavradores, conseqüentemente, está relacionada ao trabalho principal dos pais dos entrevistados, a lavoura.

É o que transparece nestes trechos de uma entrevista:

" ... Toda a vida trabalhamos na lavoura, roça ...

P. Seu pai nunca pescou?

R. Ele pescava. Mas, que dizê, trabalhava na roça a parte da manhã e à tarde ia prá pescaria ...

P. Seu pai tinha rede?

R. Não, papai não tinha rede. Trabalhava na lavoura ..." (pescador aposentado)

Quando se referem ao seu próprio trabalho, os entrevistados se auto-designam como pescadores, embora mantivessem o que chamam de lavoura para o "gasto".

É a continuação da entrevista do mesmo informante:

" ... Depois, quando eu tinha 14 anos, eu disse pro meu pai: pai, não vou trabalhá mais em roça, não, vou prá pescaria. Aí ele disse prá mim: faz o que tu quizé ... Faz uns 30 ano que eu comprei rede ... Mas toda a vida pescaria ... Naquela época se vivia só disso.

P. E dava prá viver só disso?

R. Dava, porque era assim, nós trabalhava a parte da manhã na lavoura, na roça, e à tarde então, nós ia prá pescaria. Se trabalhasse a parte da manhã na pescaria, à tarde nós ia prá roça. Tempo cuidava de um, tempo de outro ...

P. E era só pro gasto, ou plantava e vendia?

R. Era pro gasto, só pro gasto. Não dava prá vendê.

P. O que sobrava, então, era dinheiro do peixe?

R. Era o dinheiro do peixe ..."

De todos os moradores de Canasvieiras entrevistados, apenas um se classificou como lavrador, justamente aquele que teve na lavoura a sua atividade principal até agora, embora tenha adquirido as terras para o cultivo, através da pesca na cidade de Rio Grande.

Mesmo o outro entrevistado que continua cultivando a terra e sempre se dedicou principalmente a esta atividade, conforme nos parecia, auto-designou-se de pescador, justificando-se com o fato de receber aposentadoria como pescador.

Podemos perceber, através destes fatos, que a maioria dos informantes, quando adultos, já tinha na pesca o seu trabalho principal e que sua auto-identificação está estreitamente relacionada à atividade econômica mais importante exercida por eles.

Kautsky (1972) caracteriza o trabalho acessório como a atividade que ajuda, a princípio, a manter a condição de camponês, mas esclarece que a transformação do campesinato começa a ocorrer quando se rompe o equí

brio entre trabalho acessório e atividade agrícola, levando o camponês a abandonar a última em função do primeiro. Não podemos esquecer que a pesca também se constituía em atividade de subsistência, da qual só parte do produto era comercializada.

O processo de transformação do campesinato será analisado no quarto capítulo, quando discutiremos se os habitantes de Canasvieiras ainda podiam ser considerados camponeses, por esta época.

A maioria dos entrevistados afirmou que começou a pescar por volta de 10 anos, como já foi salientado, na função de ajudante, tendo passado a camarada mais tarde, alguns com 16, 17 anos, outros com mais idade.

A diferença entre uma função e outra é estabelecida no tipo de trabalho e na partilha do produto da pescaria, como contam os informantes:

"P. E quantos camaradas eram?

R. A minha (parelha), toda a vida era com 10, 12 camarada, tinha dia de 11 camarada, dia de 14, qué dizê, os camarada não era certo. Se a semana dava peixe, tinha mais, semana que diminuía o peixe, tinha menos. Mas o menos que

tinha era 10 ...

P. E quantos ajudantes tinha?

R. 2 ajudantes. Sempre tinha 2 ajudante. Prá colhê o picadinho.

P. Eram meninos?

R. É, tudo criação ...

P. E o sistema de partilha era o mesmo? Metade pro dono do barco?

R. É, metade prá mim, metade pros camarada. Então os ajudante tinha 1 terço, ganhavam 1 terço. Se os camarada ganhavam 5, eles ganhavam 2, até às vezes mais um pouquinho, era assim ..." (pescador aposentado)

"P. O senhor já pescava aqui, desde pequeno?

R. Desde pequeno, trabalhando de ajudante, ganhava pouco, pouco. Depois então, de camarada, já dividindo, porque tinha a parte do dono da rede e a parte dos camarada. Aquela parte é dividida por 10, 12 ..." (lavrador aposentado)

"P. E quando começou a pescar?

R. Aí, quando já era maiorzinho. Eu peguei a pescá de gurí. A gente fazia aquela rodinha assim, a gente dava o nome àquilo de ajudante, ajudante de rede. Então a gente ganhava peixe, eles tiravam uma partezinha e davam prá gente e a gente trazia prá casa, não dava prá vendê ..." (pescador e funcionário público aposentado)

"Tinha ajudante, quase sempre 2 ajudante.

P. E ajudante ganhava menos?

R. É, os guris ganhavam menos. Sempre os guris tomavam conta do peixe, carregava o rolo prá botá a canoa em cima, buscava o balaio prá botá o peixe no balaio ..." (pescador aposentado, comerciante)

Como ficou claro através do depoimento dos entrevistados, a partilha era feita indo metade para o dono da rede e metade para dividir entre os camaradas, estes em número de 8, 10, até 15, dependendo do tamanho da rede e da quantidade de peixe esperada. Os ajudantes,

de acordo com a maioria dos relatos, ganhavam peixe ou uns trocados. Só um dos donos de rede falou que pagava 1 terço para os ajudantes.

Este mesmo informante, durante a entrevista, contando a respeito da sua experiência na pescaria como dono de rede, quando inquirido sobre a maneira de dividir os lucros, preferiu responder de acordo com sua vivência anterior, no papel de camarada. Só respondeu sobre a partilha como dono de rede, quando insistimos diretamente na pergunta. Interpretamos esta atitude como uma certa consciência da situação de espoliação a que está sujeito o camarada. Ao mesmo tempo, ninguém denunciou a desigualdade marcante da partilha. Cremos que isto se deve ao fato de saberem que, sendo camaradas num primeiro momento, poderiam tornar-se donos de rede mais tarde, como de fato aconteceu em vários casos. Aliás, assim como os seus pais fizeram esforço para obter o capital necessário para a compra de terras, o grande esforço da quase totalidade dos entrevistados, foi no sentido de conseguir capital para a compra de rede e dos demais instrumentos de pesca. Este fato vem corroborar nossa interpretação de que a pesca já se tornara o trabalho principal

dos habitantes de Canasvieiras, a partir das décadas de 30 e 40.

A exemplo do que acontecera com os pais, a obtenção de capital, agora para a compra de aparelhos de pesca, dependeu muito da participação na pescaria sazonal, no Rio Grande do Sul.

Os aparelhos de pesca se constituíam em geral de 2 canoas e 2 ou 3 redes. Um componente fundamental era o galpão à beira do mar, para guardar as canoas e todos os instrumentos de pescaria. Perto destes ranchos de barco, os pescadores erguiam varais baixos, de bambú, próprios para a secagem das redes.

Como não havia gelo ou mesmo caminhões para o transporte do peixe a ser vendido na cidade, a pesca de determinadas espécies era realizada, em geral, à tardinha ou à noite. É o que relatam dois pescadores a respeito da comercialização do pescado:

"P. E o peixe que ficava prá vocês, vocês vendiam?

R. Ah, vendia. Às vezes vendia ali mesmo. Vendia a dinheiro. A gente tratava naquele tempo era com o pombeiro. Sempre tinha o pombeiro

prá comprá o peixe ... Eram daqui mesmo. Eles levavam em lancha, baleeira, pro Mercado em Florianópolis.

P. Não tinha indústria de peixe?

R. Não, naquele tempo não havia. Era só prá vendê no Mercado. No Mercado e pro pessoal do Continente. Carregavam a cavalo, carro de boi. Carregavam e iam vendê aí em Ratonés, Vargem Grande, esses sítios, né? E quando era demais, eles compravam, botavam em baleeira, que naquele tempo não tinha caminhão, e levavam prá Florianópolis. Vinham também as carroças de Saco Grande, uns moços de Saco Grande que esperavam arrastá, compravam o peixe e iam vendê no Mercado.

P. E o peixe não estragava, indo de carroça até a cidade?

R. Eles pegavam aqui a esta hora, umas 8 da noite, e de madrugada tavam no Mercado Fiz viagem a São Miguel, naquele tempo era a remo, vendia-se muito em São Miguel prum senhor lá, de Blumenau. Ele era pombeiro e

comprava o peixe prá vendê no interior ..."

(pescador aposentado, comerciante)

"Naquele tempo era difícil da gente vendê peixe. Hoje é fácil. Naquele tempo, os pescadores antigos, eles pescavam de noite, davam 2, 3 cercadas, depois iam em casa comê um pouquinho, levavam uma roupinha e iam vendê na cidade a remo, remavam daqui a Florianópolis. Agora, hoje tá muito fácil, o peixe caiu na praia, tá vendido. Naquele tempo se pescava à noite, porque não havia gelo e, se pescasse com o sol estragava tudo. Então a gente procurava à noite prá pescá. Mesmo assim era difícil porque se chegava lá, botava o peixe na banca, no Mercado Velho, se não vendesse até as 10 horas, daqui a pouco o fiscal vinha, botava criolina, não dava prá vendê mais. O peixe não valia nada ..." (pescador e funcionário público aposentado)

Não foram todos os donos de rede que relataram dificuldades para a venda do peixe. Um dos antigos pescaç

dores, referiu-se a um contrato verbal para a venda do pescado, com um comerciante do Mercado Público, por todo o tempo em que manteve seu aparelho de pesca. Neste contrato, baseado na confiança mútua, o preço do peixe era dado pelo comerciante, encarregado também do transporte da mercadoria.

2.3. TRABALHO FAMILIAR E TRABALHO COLETIVO

A lavoura de subsistência praticada pelo campo nês é uma atividade fundamentada no trabalho da família. Em Canasvieiras, num regime de pequena propriedade, com escassez de terras, as principais lavouras sendo plantadas em terrenos de encostas, com pouca probabilidade de expansão, com difícil acesso ao mercado, o trabalho agrícola dependeu exclusivamente da mão-de-obra familiar.

Os homens trabalhavam na roça em todos os tipos de serviços, especialmente os mais pesados, e cuidavam do gado. Alguns dedicavam-se à pesca como atividade complementar de subsistência, na condição de camaradas.

As mulheres realizavam todas as tarefas domésticas (cozinhar, cuidar dos filhos, limpar a casa, la

var e passar a roupa), ficando a seu encargo a horta e a criação de aves. Trabalhavam também na roça, especialmente na colheita e preparo do café e na confecção da farinha de mandioca. Sua atividade complementar era o artesanato da renda.

As crianças auxiliavam os pais na lavoura e as meninas, além disso, ajudavam as mães no serviço doméstico. Como relatou um lavrador:

"Meus filhos todos trabalhavam na roça comigo desde pequenos. Vinham da escola, almoçavam e iam prá roça. Até as meninas!"

Por volta de 10 anos, os meninos iam ajudar nas pescarias e as meninas começavam a fazer renda para vender.

O produto da pesca e da renda, como o produto da lavoura, era pro "monte", como relataram alguns dos entrevistados.

Havia, assim, uma grande complementaridade entre o trabalho realizado pela família, na propriedade, e o trabalho realizado fora dela, no mar.

A pesca de arrastão é uma atividade fundamentalmente integrada e coletiva.

Se o trabalho na lavoura era mais solitário, envolvendo só a família, a farinhada nos engenhos, em certos momentos, se constituía em verdadeira reunião social, com grupos de pessoas conversando, contando estórias e cantando durante o trabalho.

A própria renda feita pelas mulheres nos intervalos das atividades domésticas, agrupava todos os elementos femininos da família e até da vizinhança, a conversar enquanto trabalhavam.

O trabalho, como também o lazer em Canasvieiras, eram muito marcados pelo envolvimento coletivo.

Como já foi mencionado, Chayanov (1974) ressaltava o papel das motivações subjetivas dos camponeses, nas suas decisões econômicas. O tamanho da família e seu grau de evolução são determinantes fundamentais destas decisões. As dimensões da área cultivada, seu aumento por compra ou arrendamento, a saída dos filhos em busca de atividade em outras áreas, deverão ser analisados em função da procura de equilíbrio, pelo camponês, entre produção e consumo.

Mesmo dando relevância às motivações subjetivas do campesinato, Chayanov trabalhou com dados estatís

ticos fiéis, que lhe permitiram demonstrar suas concepções.

Não é esta a situação no Brasil. Não existem dados estatísticos regulares ou levantamentos mais precisos a respeito da produção da lavoura de subsistência na Ilha de Santa Catarina nos inícios deste século, ou mesmo de sua produção de pescado. Sendo assim, não podemos chegar ao tipo de análise preconizado por Chayanov nos seus estudos do campesinato russo. Podemos, somente, tentar interpretar a realidade estudada através das concepções teóricas desenvolvidas por este autor.

Se não possuímos elementos que nos permitam estabelecer uma relação confiável entre o número de produtores e consumidores da família, para procurar avaliar o grau de auto-exploração da força de trabalho familiar, como fez Chayanov, podemos afirmar que, não utilizando mão de obra assalariada, o camponês de Canasvieiras não podia prescindir do auxílio da mulher no trabalho da roça, necessitando também do auxílio dos filhos menores, razão porque as crianças começavam a trabalhar tão cedo. Como as condições da unidade econômica campesina não eram as mais favoráveis (terras escassas e esgotadas, falta de

mercado, etc) mesmo com o trabalho de todos os seus membros, havia dificuldade para suprir as necessidades da família. Esta circunstância levava à procura do trabalho acessório, na tentativa de reestabelecer o equilíbrio entre produção e consumo, equilíbrio que já existira em fase anterior da evolução da família (só o casal).

Com base nestes fatos, pensamos poder concluir que era muito elevado o grau de auto-exploração do trabalho familiar camponês em Canasvieiras, ao tempo da infância de nossos entrevistados.

CAPÍTULO III

O TRABALHO FEMININO EM CANASVIEIRAS. TRABALHO

IMPRODUTIVO?

"Minha vida foi muito trabalhada. Minha vida, dona, foi trabalhada que não foi brincadeira. Ainda hoje!" (Trecho de entrevista)

O trabalho feminino no lar em geral não é valorizado. Embora se dê importância ao papel desempenhado pela mulher, como reprodutora biológica, seu serviço frequentemente nem é considerado como tal. Ela própria, quando perguntada se trabalha, muitas vezes responde que não, que só cuida das lidas da casa e dos filhos. De qualquer forma, mesmo quando os afazeres domésticos são considerados trabalho, não assumem a importância atribuída ao trabalho fora do lar. E quando a mulher, pressionada por fatores econômicos, entra no mercado de trabalho, em geral o faz com as desvantagens amplamente denunciadas pelos estudos a respeito do assunto, como menor salário para igual função, difícil acesso aos car

gos de decisão, entre outras.

O problema é muito complexo e não merece um tratamento simplista.

Sabemos que existe nas sociedades capitalistas, toda uma ideologia de supervalorização do trabalho (masculino) remunerado, em detrimento do trabalho feminino doméstico.

As próprias análises científicas, muitas vezes contribuem para a desvalorização do trabalho feminino, pela utilização inadequada de conceitos econômicos e sociológicos. É o caso da aplicação do conceito de trabalho improdutivo ao trabalho feminino, mesmo em sociedades camponesas, por exemplo.

Marx (1978) contesta a utilização do critério de trabalho produtivo pelos economistas burgueses. Para este autor só é produtivo, no modo capitalista de produção, o trabalho que, além de produzir mercadoria, produz mais-valia. "É produtivo o trabalhador que executa trabalho produtivo, é produtivo o trabalho que gera diretamente mais-valia, isto é, que valoriza o capital" (MARX, 1978:71). Os critérios de trabalho produtivo e trabalho improdutivo, como seu contrário, não tem rela

ção alguma com a utilidade do trabalho ou do produto de
le resultante, definindo-se pelas relações de produção
e pela remuneração do trabalho. Assim, o trabalho pago
por dinheiro enquanto capital e que, portanto, produz
sobretabalho para a valorização do capital, é produti-
vo, ao passo que o trabalho pago por dinheiro enquanto
renda, é trabalho improdutivo.

"Somente a estreiteza mental burguesa, que
toma a forma capitalista de produção pela
forma absoluta e, em consequência, pela
única forma natural de produção, pode con-
fundir a questão do que seja trabalho pro-
dutivo do ponto de vista do capital, com
a questão do trabalho produtivo em geral,
contentando-se assim com a resposta tauto-
lógica de que é produtivo todo o trabalho
que produz, todo o trabalho que resulta
em um produto ou em algum valor de uso
qualquer; resumindo: em resultado!" (MARX,
1978:71)

De acordo com a interpretação de Marx, o con-
ceito de trabalho produtivo no modo capitalista de pro-
dução é específico, e não se aplicaria a outros modos

de produção. O campesinato analisado nesta dissertação, considerado modo não capitalista de produção, está, no entanto, inserido numa formação econômica capitalista que o subordina, como modo de produção dominante que é, de acordo com Tepich (1973). Nestas circunstâncias, acreditamos que o critério de trabalho produtivo não possa ser aplicado às atividades camponesas. No entanto, muitos autores, ao analisarem sociedades camponesas atuais, subordinadas ao modo capitalista de produção dominante, aplicam o conceito de trabalho produtivo ao trabalho camponês masculino, considerando, ao mesmo tempo, o trabalho da mulher camponesa como improdutivo.

É este tipo de análise que desqualifica o trabalho feminino.

Com relação às camponesas, pensamos que o problema se torna particularmente sensível, na medida em que, mesmo realizando o que se convencionou caracterizar como "a dupla jornada de trabalho" (trabalham na lavoura e na casa), geralmente nenhuma de suas atividades é remunerada, o que deve contribuir para tornar mais manifesta a pouca valorização de suas tarefas e a consequente invisibilidade destas, mesmo em análises científicas.

Vários estudos sobre o trabalho em pequenas propriedades rurais, mostram que a divisão sexual do trabalho, ao nível do discurso manifesto, é justificada no sentido de que à mulher estão reservados os serviços mais leves, e aos homens, os mais pesados. Se as mulheres devem se encarregar do serviço da casa (incluindo a horta e a criação de aves) e auxiliar nas tarefas mais leves da roça, os homens se encarregam dos serviços mais pesados na lavoura e da criação dos animais de maior porte.

Os mesmos estudos demonstram que esta divisão não funciona em circunstâncias de necessidade, em que a mulher é levada a enfrentar o trabalho destinado aos homens (ausência do marido, por exemplo). A própria caracterização do serviço da mulher como menos pesado também não resiste a uma análise mais profunda, quando se vê que ela é a encarregada de trazer água e lenha para o consumo e preparo de alimentos, entre outras tarefas.

Garcia e Heredia (1971) demonstram que a divisão sexual do trabalho em sociedades camponesas, é mais racionalmente explicável se considerarmos a oposição casa x roçado (dentro x fora), ficando a mulher encarrega-

da do serviço na casa (unidade de consumo) e o homem, encarregado das tarefas na lavoura (unidade de produção).

Acrescentaríamos que, se da parte dos homens as tarefas dificilmente são intercambiáveis, já que eles não assumem os serviços femininos do lar, com relação às mulheres há, não a troca de tarefas, mas o acréscimo do trabalho masculino na lavoura aos serviços da casa, sempre que as circunstâncias o exigem. Em Canasvieiras houve o falecimento da mãe em 2 das famílias entrevistadas, com muitos filhos pequenos. Num dos casos, o pai e os filhos órfãos foram viver com os avós, ficando naturalmente a avó como substituta da mãe, inclusive nas tarefas domésticas. No segundo caso, o pai continuou sozinho com os filhos até contrair novas núpcias, ficando as meninas encarregadas do serviço da casa. A filha que assumiu o preparo dos alimentos para a família, contou na entrevista que, à época era tão pequena, que precisava subir num banquinho para lidar no fogão com maior desembaraço.

Em contrapartida, tivemos os relatos de 2 entrevistadas cujas mães não eram casadas (uma com prole

numerosa) e que, além de realizarem as tarefas domésticas, trabalhavam na roça como qualquer homem. Outra entrevistada, cujo pai faleceu, refere-se aos mesmos trabalhos realizados pela mãe. Naturalmente, nestas situações os filhos também foram mais sacrificados.

Com referência à ausência do marido, tendo a mulher e os filhos que arcar com todo o trabalho na casa e fora dela, Canasvieiras, como outras comunidades da Ilha de Santa Catarina, teve a peculiaridade constante da saída dos homens, para a pesca sazonal no Rio Grande do Sul. Quase a totalidade dos entrevistados trabalhou na pescaria no estado vizinho, por um ou mais períodos, deixando a mulher encarregada de todos os afazeres. Isto ocorria geralmente quando os filhos eram pequenos, indo o homem em busca de capital para a compra de terras ou redes, como já foi mencionado. Nestas ocasiões as mulheres compravam fiado nas vendas os gêneros que não produziam, para o marido pagar quando retornasse. A produção de subsistência, no entanto, ficava a seu encargo e dos filhos, quando estes tinham condições de ajudar. Uma das entrevistadas relatou que 2 de seus filhos nasceram em períodos em que o marido estava fora, pescando.

As ausências do marido significaram, desta forma, uma sobrecarga de trabalho para a mulher e os filhos.

Em Canasvieiras as mulheres, além das tarefas domésticas, dos cuidados com os filhos, do trabalho no quintal e do auxílio na roça, costumavam trabalhar na colheita, secagem e preparo do café e nos engenhos de farinha, lavando e raspando a mandioca, preparando o beijú. Na renda, trabalhavam desde pequenas.¹

Sobre a vida trabalhosa que levavam, as entrevistadas podem falar por si próprias:

"Eu me casei, fui muito pobre. Tinha um vestido só, prá saí por aí, de noite eu lavava, secava no fogão a lenha, prá vesti no outro dia prá saí fora quando era perciso, quando eu tava criando a minhas famílias. Criei a minha família muito em pobreza, muito em pobreza, dona. Trabalhava daqui, trabalhava dali, fazia renda ... Mas trabalhando sempre. Na renda, fora, como eu tô contando prá senhora, apanhando café, fazendo farinha com os

1. Para o conhecimento detalhado do artesanato da renda na Ilha e sua importância para a economia familiar, ver BECK et alii (1982)

outros, de eu chegá em casa, de eu ir apanhá café de dia e de noite ir pro engenho raspá as mandioca, ninguém saía dali sem deixá em massa. De eu chegá em casa, com um filho que vinha me buscá, à meia-noite. No outro dia eu já saía prá fazê de novo ... Torrava café de noite, chegava na minha casa, ainda ia torrá café a mesma coisa. Foi um sacrífico grande. A contá prá senhora, de tanto que eu trabalhei, de tanta friagem que eu peguei, eu nem sei como é que eu ainda tenho saúde, com 77 anos que eu tenho" (lavradora aposentada, parteira)

"Eu fiz renda desde a idade de 8 ano. Aprendi com minha irmã mais velha. Em pequena, a gente estudava de manhã, de tarde ia colhê café e de noite ainda fazia renda, com luz de que-rozene. Quando a gente era criança, não gostava de saí da brincadeira prá fazê renda. De maiorzinha, a gente não se importava, porque gostava de se vestí melhor, então tinha o

dinheirinho da renda. Depois de casada não fiz mais. Era só a casa, a horta, os filhos, lavá e passá a roupa, cuidá da criação de galinha, que era comigo. Carregava água, carregava lenha, a vida era pesada! (doméstica, esposa de lavrador e comerciante ambulante).

"O serviço da mulher era muito penoso, agora não é mais. Hoje tá fácil, mulher tem tudo na mão. Antes, o fogão era a lenha. A gente carregava água. Tinha que lavá roupa no riacho, o ferro prá passá era de brasa. Tinha que colhê o café, secá e torrâ, prá prepará prá fazê o pó. O arroz, tinha que pilá, prá prepará prá podê comê. A gente fazia a farinha. Prá fazê a comida das criança eu trancava uma toalha fina assim na janela, botava a farinha dentro e esfregava prá tirá o polvilho prá fazê o mingau dos filhos. Criei todos com leite e mingau de farinha de mandioca. O sabão também era feito em casa. Se criava porcos prá matá. Não tinha pão em venda,

eu fazia bolo de milho prá criá os filhos.
De manhã eu lavava a roupa e fazia o almoço,
na parte da tarde ia prá roça ..." (doméstica,
esposa de lavrador aposentado)

Estes depoimentos nos mostram como é pesado o trabalho feminino entre os grupos rurais que sobrevivem com meios escassos, mas demonstram mais: a importância e indispensabilidade do trabalho da mulher para a sobrevivência e a reprodução familiar.

CAPÍTULO IV

OS HABITANTES DE CANASVIEIRAS NO PRESENTE. O PRO- CESSO DE TRANSFORMAÇÃO

Quando estudamos as condições de vida da maioria dos trabalhadores assalariados na economia capitalista, tendemos a idealizar a situação do campesinato, modo não capitalista de produção, na qual o trabalhador é dono dos instrumentos de trabalho, não tendo sido ainda alienado dos seus meios de produção, a exemplo do proletariado.

Devemos estar atentos para que as idéias preconcebidas não prejudiquem a análise da realidade.

Se a situação do camponês pode parecer melhor que a de muitos trabalhadores assalariados, os estudos do campesinato consultados para esta dissertação, enfatizam sua dependência em relação à cidade e ao Estado, ao modo de produção dominante, portanto. Este fato nos leva a pensar com cuidado sobre a propalada autonomia do camponês, procurando entender as formas de dominação a que está sujeito e que podem levar, e têm levado,

inclusive, à transformação do campesinato.

Como ficou demonstrado no segundo capítulo desta dissertação, os habitantes de Canasvieiras eram sem dúvida camponeses nas primeiras décadas do século XX, quando nossos informantes eram ainda crianças e seus pais viviam da lavoura de subsistência, tendo a pesca artesanal como trabalho acessório.

Referimos também que, por volta de meados de 1930, até a década de 40, início de 50, quando os informantes haviam se tornado adultos, a pesca já se constituía no trabalho principal dos habitantes de Canasvieiras. Poderiam eles ainda ser caracterizados como camponeses, nestas circunstâncias?

Rios (1975) demonstra que a pesca artesanal, nas várias regiões do país, como componente do setor de subsistência, é atividade complementar à agricultura e seu produto, na maior parte, destina-se ao consumo do pescador e de sua família. Desta forma, cabe também seguramente aos pescadores, a designação de camponeses. Resta-nos apurar se, a partir deste período, os informantes conseguiam ainda manter as famílias com o trabalho da pesca e da lavoura.

Foram entrevistadas 21 pessoas, das quais 5 vivem fora de Canasvieiras, em centro urbano (Florianópolis e São Paulo). Perguntou-se aos informantes, na segunda etapa do trabalho de campo, quantos filhos seus pais tiveram, quantos dentre eles permaneceram morando em Canasvieiras depois de adultos, quais foram as ocupações dos irmãos que permaneceram na comunidade e as ocupações dos que saíram. As mesmas perguntas foram feitas com relação aos filhos dos entrevistados.

Uma análise pormenorizada destes dados vai nos mostrar que foi significativo o êxodo dos moradores da comunidade, já com referência à geração dos informantes.

Dos pais das 16 pessoas entrevistadas que vivem em Canasvieiras, temos um total de 106 filhos, comprovando que a prole era muito numerosa. As informações que conseguimos obter a respeito da maioria destas 106 pessoas, permitem-nos concluir que cerca de 55% delas permaneceram vivendo em Canasvieiras ou nas freguesias vizinhas, dedicando-se à lavoura e à pesca. No entanto, o expressivo percentual de 45% destas pessoas foi se estabelecer em outros locais (Florianópolis, a maioria, Santos e Rio Grande), vivendo a maior parte como assalaria-

da no setor comercial, alguns como funcionários públicos, outros em atividades ligadas ao mar.

Dos 55% que permaneceram na comunidade, muitos dos homens estiveram embarcados no Rio Grande do Sul como pescadores, em uma ou mais oportunidades.

Estes fatos são indícios seguros de que já era difícil, por esta época, manter a condição de camponês em Canasvieiras. A capacidade da produção, tanto na lavoura como na pesca, não correspondia às necessidades de consumo da população. Como não existiam alternativas de atividade econômica na própria localidade, para suprir a insuficiência da produção, os filhos dos camponeses tinham que buscar trabalho em outros locais, onde passavam a viver como assalariados. Permaneciam na comunidade os irmãos que se dedicavam à pesca e à lavoura, procurando manter-se e à família com as atividades de subsistência.

O êxodo dos moradores, buscando oportunidades de trabalho em outros locais, é a forma habitual pela qual as sociedades camponesas procuram reestabelecer o equilíbrio entre o número de produtores e de consumidores, quando não há possibilidade de expandir as ativida-

des de subsistência, e estas não tem capacidade para ocupar toda a força de trabalho disponível.

Devemos ainda esclarecer, se aquelas pessoas que permaneceram em Canasvieiras, dedicando-se à pesca e conservando a lavoura para o consumo, conseguiam manter a família com a produção de subsistência.

Os 16 informantes que habitam em Canasvieiras, constituem 11 famílias nucleares, já que foram entrevistados marido e mulher de 5 famílias. A respeito dos irmãos dos entrevistados que permaneceram na comunidade e dos quais tivemos informação, a maioria dedicava-se à pesca e à lavoura, alguns ao comércio. Eram "intimadores", como testemunharam os informantes.

Dos 7 homens entrevistados, 5 foram pescadores, 1 foi lavrador e 1 foi pombeiro. Estas designações referem-se às suas atividades econômicas principais. Na realidade, todos os 5 pescadores eram também lavradores, sendo que 2 deles se dedicaram ao trabalho da roça só no período em que estiveram sob a dependência dos pais e os outros 3 continuaram sempre com a lavoura para o consumo, 1 deles plantando também cebola para vender.

O lavrador entrevistado esteve pescando no

Rio Grande do Sul em mais de uma ocasião, tendo obtido capital para a compra de terras com esta atividade.

O pombeiro, que começou a atividade de vendedor ambulante com 12 anos, vendendo peixe da rede do pai, sempre manteve a lavoura, plantando inclusive para vender.

Entre os 5 pescadores, 2 são casados com professoras, agora aposentadas, tendo o auxílio econômico do ordenado da mulher. Deles, 1 foi também pombeiro e é lavrador, o outro teve um emprego na Prefeitura, como fiscal, somando esta aposentadoria à de pescador. Outro dos 5 pescadores, vendeu a rede depois de 20 anos de atividade e comprou uma casa de comércio, da qual vive até hoje. Dos 2 pescadores restantes, 1 aposentou-se nesta atividade e após algum tempo comprou outra rede e mantém um rancho de pesca na beira do mar, além de tomar conta de uma casa no balneário. O outro é o que podemos, talvez, caracterizar como o último pescador da praia de Canasvieiras. É mais moço que os demais informantes e procura viver da pescaria. Não tem terras para plantar e sua casa foi erguida no terreno do irmão mais velho. Possui um rancho de pesca na praia, mas está em litígio

com o veranista que construiu casa atrás do terreno do rancho. Para sobreviver, também toma conta de algumas casas no balneário e se dedica a muitos biscates-trabalho braçal, como define, principalmente no verão, quando a pesca se torna quase impossível. É auxiliado pelos 2 filhos (de 17 e 18 anos) em todas as atividades que empreende. Tem comprador certo para o seu peixe. Neste verão, construiu um puxado no seu rancho de pesca - é um bar para vender refrigerantes na praia. No verão passado levava um bujão de gás, armava um toldo de lona, e cozinhava milho verde para vender aos banhistas. Um de seus irmãos continua com a venda de milho, nesta temporada. Como vemos, este pescador procura sobreviver com a pescaria, mas necessita também de outras atividades para manter a família, como ele próprio reclama:

" ... Antes tinha tempo prá descansá, porque a gente trabalhava, mas também tinha o tempo certo prá descansá. Por exemplo, no sábado, nos domingo, tudo isso aí. E agora, hoje em dia, pelo custo de vida, então não dá prá descansá. Tem que trabalhá diariamente porque, se descansá, é fogo! Aí, não dá prá tê descansá

so nenhum!"

Das 9 mulheres entrevistadas, 2 foram professoras, esposas de pescadores, como já foi mencionado. Faziam também o serviço da casa e uma delas ajudava o marido na lavoura.

A esposa do lavrador, mãe de 14 filhos, trabalhava em casa e na roça, da qual ficou totalmente en carregada, com os filhos, nas ocasiões em que o marido esteve embarcado no Rio Grande.

A esposa do pombeiro cuidava da casa, da horta e da criação.

A esposa do pescador que se tornou comerciante, era doméstica. Todas elas fizeram renda para vender desde pequenas, enquanto solteiras, vestindo-se e preparando o enxoval com o dinheiro ganho nesta atividade.

Além destas, foram entrevistadas mais 4 mulheres. A primeira era parteira, lavradora e faz renda até hoje, para conseguir se manter com a aposentadoria do Funrural. Separou-se do marido pescador e vive sozinha, pois os filhos moram fora da localidade. Outra das informantes, cujo marido foi pescador (dono de rede), lavrador, comerciante e intendente, sempre trabalhou em casa

e hoje vive com os bens que herdou. A entrevistada seguinte, cujo marido trabalhava na marinha mercante, era doméstica e prática em homeopatia. A última informante fazia o serviço da casa e ajudava o marido que era caseiro na Ilha do Francês, em frente à praia. Ela e o marido, ambos com mais de 80 anos, moram numa casa que conseguiram comprar com a indenização paga, através de ação judicial, pelos proprietários da referida ilha, que ele serviu por quase 40 anos, sem contrato de trabalho. Vivem da pequena aposentadoria do Funrural com dificuldade, como ela relata.

"Num assunto, hoje tá mais fácil, prá quem pode trabalhá e ganhá. Não tendo preguiça, sempre se pode ganhá um vintém. Mas num assunto era mais favorável, porque o ganho era menor mas tudo era mais barato. Agora, prá quem não pode trabalhá, como nós, é difícil vivê com a aposentadoria, tem que pagá luz, pagá água todo mês. O que vale é que os filho ajudam. Os veranistas são bons, os vizinhos sempre dão uma ajudazinha ..."

Após este relato mais pormenorizado das entre-

vistas, vemos que os informantes já encontravam muita dificuldade para se manterem como camponeses, perto de meados do século.

As 11 famílias entrevistadas na localidade, tiveram 51 filhos vivos. Destes, só 21 (41%) permaneceram morando em Canasvieiras, enquanto 30 (59%) foram em busca de trabalho assalariado em outros locais. Os filhos que ficaram na comunidade não se ocupam mais da lavoura ou da pesca.

Um dos filhos do lavrador entrevistado, tentou manter-se com a lavoura, mas desistiu e hoje trabalha como construtor autônomo.

Dois filhos de entrevistados mantêm juntos um aparelho de pesca, num rancho cedido por um veranista que também possui barco. Pescam para o consumo nas horas de folga, sendo ambos funcionários públicos.

Na localidade, além dos que trabalham em funções públicas na capital, a maioria dos moradores toma conta de casas de veranistas, ou trabalha nas casas de comércio e hotéis.

Assim, podemos afirmar que os habitantes de Canasvieiras não são mais camponeses, atualmente.

Creemos que a atividade de cuidar das residências dos veranistas, merece certa reflexão. De início, causou-nos estranheza que também algumas das pessoas de relativa posição na comunidade, procurassem ficar responsáveis pelas casas de praia, atendendo, inclusive, aos serviços de limpeza e conservação destas residências. É o caso do pescador aposentado, dono de rede, e de uma das professoras, esposa de pescador - lavrador, dono de bastante terra, pelos padrões de Canasvieiras.

Aprofundando melhor as relações envolvidas nesta atividade, vimos que não é a remuneração (sempre pequena) o fator mais importante dela, para todos os moradores. O que realmente interessa a alguns deles, é uma certa relação semelhante ao compadrio, que se estabelece entre eles e os veranistas. Florianópolis, como ficou caracterizado, sempre teve no serviço administrativo a principal atividade econômica, o que determinou uma espécie de exacerbação do poder político, de tal forma que as oportunidades dependem muito do apadrinhamento, do "pistolão". Desta maneira, o morador se sente mais protegido se tiver uma relação, mesmo que subalterna, com as pessoas bem situadas econômica e politicamente na cidade.

O pescador aposentado a que nos referimos, con seguiu erguer um rancho de pesca na beira da praia, numa época em que isto era quase impossível, pela interferência direta do dono da residência da qual ele toma conta, comerciante rico no centro urbano, que também lhe cedeu parte do terreno de marinha em frente à casa, do qual já havia requerido a posse.

Para reforçar o que afirmamos em relação ao po der político, basta esclarecer que o cargo de intenden- te nas freguesias da Ilha de Santa Catarina, que corres- ponde à autoridade máxima, representante da Prefeitura na comunidade, é preenchido por nomeação direta do pre feito da capital (ou do chefe político que costumava ele ger o prefeito, mesmo nos tempos de eleição direta), que nomeia para os cargos seus cabos eleitorais. Os entrevis tados se referem a muitos favorecimentos e perseguições políticas na comunidade, entre membros dos extintos PSD e UDN. Testemunharam também que alguns intendentes conse- guiram a posse de muitos terrenos de marinha, por inter- ferência de seus padrinhos políticos.

É compreensível a procura de relações dos habi tantes de Canasvieiras com pessoas influentes na capi-

tal, se pensarmos que seus interesses não têm sido defendidos pelos poderes públicos, que concebem o planejamento urbano nos balneários só em função da atividade turística.

4.1. PRESSÃO IMOBILIÁRIA

Por volta de 1950 não existiam muitas residências de veranistas na orla da praia de Canasvieiras. A paisagem se caracterizava pelo verde da vegetação que beirava a faixa de areia, onde se destacavam, a intervalos, os velhos ranchos dos pescadores.

Já havia sido construído um pequeno hotel, por um grupo que formara uma sociedade para tal fim.

A partir desta época, os terrenos de beira de praia começaram a ser procurados por veranistas, mas num ritmo ainda vagaroso.

O crescimento do balneário se acelerou na década de 60, coincidindo com o incremento da expansão de Florianópolis. No entanto, os serviços de água e luz eram ainda deficientes e a estrada que ligava a localidade à capital, era sinuosa e poeirenta.

No início de 1970, com a construção de moderna via de acesso asfaltada e a melhoria dos serviços de infra-estrutura, houve a aceleração do ritmo de crescimento do balneário.

Os terrenos próximos à praia foram, naturalmente, os mais procurados e os primeiros a serem vendidos. O comprador se apressava em solicitar também a posse da faixa correspondente ao terreno de marinha, para garantir acesso direto ao mar. Quando esta faixa de terra já estava ocupada por um rancho de pesca, em geral sua posse era comprada ao pescador pelo veranista e, se o rancho permanecia, era "de favor".

É fácil entender porque, numa economia de subsistência, onde o dinheiro é escasso (mas não menos necessário, já que a sociedade envolvente é capitalista e, conseqüentemente, o regime é o da propriedade privada), o pescador vendia a posse ou aforamento dos terrenos de marinha. Em conversa com os entrevistados, alguns confessaram que não dava para perceber, de início, todo o processo que estava começando a ocorrer. Assim, a eles parecia que, vendendo aquele local onde tinham o rancho, poderiam com facilidade conseguir outro terreno de ma-

rinha para erguer novamente seu galpão de pesca, e nunca se veriam privados, como aconteceu, do acesso ao mar. Hoje eles afirmam que, além de tudo, nem venderam as terras, que, pelos preços pagos, foram dadas ...

Para ilustrar o processo, temos 2 entrevistados que possuíam maiores quantidades de terra. Um deles, pescador aposentado e lavrador, comprou uma grande faixa de terreno desde a beira da praia até o alto do morro atrás de sua casa, com sucessivas temporadas de pesca no Rio Grande. O outro, pombeiro e lavrador, ampliou o tamanho da propriedade recebida por herança, com o produto de seu trabalho como comerciante.

O pescador vendeu parte de suas terras próximas à praia, ainda na década de 50. Depois de 1960 ele vendeu uma grande faixa de terreno entre a "Rua Velha", onde habitam os moradores, e a avenida do balneário, a um veranista que estava começando a atuar no ramo imobiliário. Estas terras foram loteadas, correspondendo a 4 quadras com cerca de 20 lotes convencionais em cada uma delas, sendo que o dono da imobiliária ainda conserva parte dos lotes e, como ele próprio confessa, não tem interesse em vender apressadamente. Basta comercializar

1 ou 2 lotes na temporada de verão, quando são mais valorizados, para obter bons lucros.

O antigo proprietário, que vendeu os pastos, hoje só tem uma vaca de leite para o consumo, e continua plantando no terreno de encosta, que conservou.

O pombeiro também vendeu as terras perto da praia na década de 50. No entanto, a faixa entre a avenida do balneário e os fundos de sua residência na Rua Velha, foi loteada por ele próprio depois de 1970, correspondendo a cerca de 20 lotes, vendidos sem intermediários. Este proprietário conserva parte de suas terras mas, durante as entrevistas, queixou-se da dificuldade para pagar os impostos, contando que tem sido obrigado a vender alguns lotes para fazer frente a estas despesas.

Com o dinheiro da venda dos terrenos de que se desfizeram, os moradores realizaram melhoramentos nas suas casas, que foram reformadas, com instalação de encaamentos de água e construção de bons banheiros (dos quais eles se orgulham). Compraram também móveis, geladeira, fogão à gás e televisão.

Existem, no entanto, aqueles habitantes que venderam o pequeno terreno que possuíam, tendo alguns,

inclusive, que mudar-se para outra freguesia, interiorana, porque não puderam adquirir novos lotes em Canasvieiras.

O testemunho de uma das entrevistadas é mais dramático:

"Meu padrasto tinha roça, tinha chácara com laranja, melancia, banana. Tinha engenho, tinha de tudo. Vendeu a chácara e acabou morando de favor ..."

A paisagem de Canasvieiras é hoje bem diferente e nela está marcada a oposição entre o velho e o novo, conforme foi colocado por uma informante:

"Canasvieiras, que se tratava antigamente, a Rua Velha, tá o mesmo, sem diferença. Agora, onde dantes era campo, hoje é cidade. Ali hoje, sobre aquela praia, o que tem é uma cidade, não é? E ali era mato, que nós atravessava prá ir prá Ponta das Canas, que o povo botava o gado ali prá criá!"

Enquanto a avenida do balneário foi asfaltada e as ruas vão sendo progressivamente calçadas, a Rua Velha continua a mesma e os moradores se queixam do pó levantado pelo trânsito constante.

E eles, que residem em Canasvieiras o ano todo, também pagam impostos à Prefeitura Municipal de Florianópolis ...

4.2. PESCA ARTESANAL E PESCA INDUSTRIAL

A pesca em Canasvieiras foi, por muito tempo, uma atividade artesanal. Hoje, a caracterização de pesca artesanal e pesca industrial é um assunto que encerra controvérsias.

Para a realização deste trabalho, foi entrevistado no IPEP (Instituto de Pesquisa e Extensão da Pesca) um funcionário, eleito recentemente como membro da diretoria da Federação de Pescadores de Santa Catarina. Este funcionário discorda dos critérios de diferenciação entre os dois tipos de pesca. De acordo com ele, no sul do Brasil não existe mais pesca caracteristicamente artesanal. Pescador artesanal seria aquele que construísse seus instrumentos de trabalho, como faziam os antigos. Hoje, o pescador compra a canoa, em geral equipada com motor diesel, assim como compra a rede de nylon, muitas vezes já tecida, com pesos e bóias também industrializados. Não

é mais o artesanato de seus instrumentos de trabalho. Da mesma forma, as embarcações da chamada pesca industrial não seriam propriamente industriais, na acepção deste informante, já que o pescado não é processado na própria embarcação.

Sobre a diferenciação estabelecida pela Sudepe, de capacidade de tonelagem da embarcação, também existem ambiguidades, de acordo com ele. Se é pesca artesanal aquela efetuada por embarcações de até 10 toneladas, e industrial, a que ocupa embarcações com capacidade acima de 10 toneladas, como classificar o pescador que possui mais de uma embarcação com capacidade de 8 toneladas, por exemplo?

O informante argumentou ainda que a classificação em uso atualmente, mascara a importância da pesca artesanal catarinense, em termos estatísticos. Segundo sua informação, a pesca artesanal se constitui em 50% do valor anual da produção de pescado em Santa Catarina. Muitas vezes, no entanto, é computado como industrial o produto da pesca artesanal, vendido diretamente pelos pescadores para as indústrias de pescado.

Os pescadores também são prejudicados pela di-

ferenciação dos 2 tipos de pesca. Antigamente os pescadores podiam filiar-se à Previdência Social pelo INPS, com direito à aposentadoria com 30 ou 35 anos de serviço (conforme os critérios da época). Com o estabelecimento oficial desta separação entre os dois tipos de pescarias e a criação do Funrural, o pescador artesanal é filiado, obrigatoriamente, a esta entidade previdenciária, juntamente com o agricultor, só podendo se aposentar aos 65 anos de idade. O pescador industrial, ao contrário, é filiado ao INPS, contando tempo de serviço para a aposentadoria, com proventos maiores que os do Funrural. E os pescadores, assim como os agricultores em muitas regiões do país, costumam atuar tanto num tipo de pesca, quanto em outro. Quando não é período de safra para as espécies que capturam na pesca artesanal e a pescaria está fraca, muitos pescadores embarcam para a pesca em alto mar, onde permanecem por períodos de vários meses.

O informante defende como mais adequada para a pesca, a classificação utilizada na agricultura, de pequeno, médio e grande produtor.

Utilizaremos, no entanto, a classificação oficial, que é também usada pelos pescadores de Canas

vieiras. Estes, quando entrevistados, tiveram três grandes reclamações a fazer: o fato dos peixes estarem desaparecendo, a dificuldade para manterem seus ranchos de pesca (na praia toda só restam 3) e o risco que corre o equipamento de trabalho durante a temporada de verão, impossibilitando-os de pescarem. Pela escassez do peixe, os pescadores culpam a pesca industrial. De acordo com o entrevistado que procura viver da pescaria, desde que os barcos grandes começaram a trabalhar na baía, há uns 15 anos, não existe mais o manjurão, que era abundante. A tainha não chega à praia, está escorraçada pelas embarcações da pesca industrial e os pescadores não conseguem mais pescá-la com o arrastão tradicional.

Os barcos de pesca podem ser vistos à noite durante o ano todo, em número superior a 20, ocupando a entrada da baía, de Canasvieiras até Ponta das Canas. Os pescadores industriais não obedecem a distância regulamentar, de acordo com os entrevistados, e acabam com a criação de peixe.

Durante a temporada de praia os pescadores não podem trabalhar por causa das lanchas e barcos de veranistas, que cortam as redes.

O pescador entrevistado afirmou que no verão só pesca uma vez por semana, contando que já teve sua rede rebentada por uma lancha, não conseguindo indenização pelo prejuízo, apesar da interferência da Federação de Pescadores.

Ele reivindica um acordo com os veranistas para os pescadores terem um espaço de tempo próprio para trabalharem, durante a temporada. Na sua opinião, deveria ser reservado também um canto de praia só para os pescadores erguerem os ranchos para seus barcos.

4.3. DOMINAÇÃO CULTURAL

Resguardadas as diferenças individuais, existem nas sociedades, modos de pensar em comum, modos de sentir em comum, enfim, valores culturais comuns a todos os indivíduos que as compõem. Assim como falamos em identidade individual, podemos falar em identidade social e cultural, quando nos referimos aos valores e modos de ser característicos de uma sociedade.

É justamente esta identidade que está expressa no termo "comunidade".

Quanto menos complexas as sociedades, mesmo que nelas existam diferenciações sociais, por ser maior o contato primário entre seus membros (família, vizinhança, igreja, escola), maior é a identidade cultural.

Nas sociedades urbanas, muito complexas, onde as diferenças de classes sociais são mais marcantes e extremadas, mudando inclusive o tipo de contato entre os grupos sociais, a identidade de valores culturais é muito mais fraca e difusa.

Canasvieiras, a exemplo das outras pequenas comunidades da Ilha de Santa Catarina, tem este contato face a face entre seus membros, com todo um passado de imigração em comum, os mesmos problemas de adaptação, as dificuldades de sobrevivência com recursos escassos, o relativo isolamento em que viveram por tanto tempo, enfim, inúmeros fatores que estreitam os laços e intensificam a identidade entre as pessoas.

À medida em que o mundo urbano vai penetrando numa destas comunidades, suas feições vão se modificando, e não só materialmente.

Se é inegável que a implantação de serviços tecnológicos, como a construção de boas rodovias, o enca

namento de águas, a eletrificação, etc, trazem grandes benefícios à comunidade, tornando a vida de seus habitantes menos trabalhosa, também é certo que o confronto com os valores culturais do mundo urbano desencadeia um processo de transformação que poderíamos definir como de descaracterização cultural.

São suficientemente conhecidos os estudos sobre os efeitos dos sistemas de comunicação de massa como divulgadores dos valores urbanos, modificando, em consequência, os costumes e modos de pensar das comunidades afastadas. Não nos aprofundaremos neste aspecto mais conhecido do problema.

Na análise das transformações ocorridas em Canasvieiras, no confronto com a população urbana, podemos identificar formas menos sutis, mas igualmente violentas de descaracterização cultural.

O mundo urbano se instala nas praias com toda uma bagagem de usos e valores que não considera os costumes e características das populações que ali vivem. Este mundo urbano, marcado por uma forte onipotência cultural, nem se apercebe de que existem modos de vida diferentes do seu, que serão afetados pelo convívio. Como

o poder aquisitivo da população que pode desfrutar o lazer nos balneários é bem maior que o dos habitantes permanentes, a vida econômica nas comunidades se reestrutura para atender aos interesses dos primeiros. Os produtos se diversificam, os preços se elevam e a população local terá que pagar mais pelos gêneros que precisa comprar nas vendas. Em Canasvieiras, este problema ficou muito evidente durante a explosão do turismo argentino, em 1980 e 1981, quando nem os veranistas habituais da praia conseguiram acompanhar a alta de preços, ocorrida em função do maior poder aquisitivo dos estrangeiros.

Toda a indústria do turismo está naturalmente voltada para a atração e satisfação daqueles que podem usufruí-la. Sabemos que é importante incentivar o turismo, já que se constitui em fonte de renda e incremento da vida econômica dos municípios, estados, países. Pensamos, no entanto, que o planejamento dos empreendimentos turísticos, a cargo dos órgãos oficiais, deveria levar também em consideração as populações dos locais nos quais se instalam. Não é o que tem acontecido e, em função do interesse turístico, são perpetradas verdadeiras violências às comunidades.

As praias não são mais dos pescadores. Eles venderam a posse ou aforamento dos terrenos de marinha, onde tinham os galpões de pesca, sem se aperceberem das consequências a médio e longo prazo. Os veranistas, por sua vez, à medida em que adquiriam propriedades próximas às praias, foram requerendo as concessões dos terrenos de marinha restantes. Hoje, os pescadores estão impedidos de construir seus galpões para guardar os barcos e apetrechos de pesca à beira da praia.

O mar também não é mais dos pescadores. Durante toda a estação quente os veranistas cruzam as águas com suas embarcações, em todos os horários, impedindo a realização das pescarias tradicionais, com o cêrco e o arrastão do pescado.

Se a pesca em Canasvieiras nunca se constituiu num grande empreendimento econômico, foi a maior fonte de rendas da população local e o principal componente proteico de sua alimentação. Esta população depende, agora, da compra da carne que existe à vontade nos açougues, mas cujo preço a torna cada vez mais inacessível à maioria dos pescadores.

No cômputo das perdas relacionadas à pescaria,

devemos arrolar fatores culturais decorrentes de uma atividade econômica de características marcadamente comunitárias, como a pesca praticada na Ilha de Santa Catarina.

A especulação imobiliária é incontrolável. Os habitantes de Canasvieiras que possuíam terras, em geral não tinham uma renda fixa e a maior dificuldade residia, como atestaram todos os informantes, na escassez do dinheiro. Desta forma, muitos destes camponeses não conseguiram resistir às propostas para a venda das terras. Foi o início do fim da atividade agrícola de subsistência. São poucos aqueles que mantêm a lavoura para o gasto. Dependem agora, fundamentalmente, da compra de gêneros alimentícios.

À medida em que o homem rural aprende a valorizar os costumes urbanos, através dos veículos de comunicação de massa, da própria escola, com suas cartilhas urbanas, do convívio, etc, aprende também a desqualificar seus valores. Começa a se envergonhar do seu modo de ser e a imitar tudo que é urbano. Vai perdendo, assim, seus costumes característicos no trabalho e no lazer. As festas, as danças e cantorias típicas já não se praticam

mais. Contando a respeito das diversões no passado, todos os entrevistados falaram com saudades do Terno de Reis, onde grupos de pessoas tocando e cantando se dirigiam às casas dos moradores, batiam, eram convidados a entrar e lhes eram oferecidas bebidas e guloseimas enquanto cantavam e frequentemente dançavam, despedindo-se por fim dos donos da casa e continuando a brincadeira em outra residência. Falaram também dos Bois de Mamão, lamentando o fato de serem tão raros atualmente. Lembraram das festas de Igreja, que hoje quase não existem mais em Canasvieiras, e da frequência dos bailes na localidade e nas freguesias vizinhas.

Foi constante a afirmação de que antigamente as diversões eram melhores.

Hoje os bailes são mais raros, embora haja mais facilidade de deslocamento para outras localidades em que se realizem. Os jovens frequentam a praia como banhistas, o que não faziam anteriormente. As pessoas vão mais à cidade, inclusive para o lazer, assistem televisão, ouvem rádio e divertem-se com os acontecimentos da praia durante a temporada. O lazer parece ter perdido justamente a característica de maior envolvimento comuni

tário.

Hoje, o Terno de Reis, o Boi de Mamão, o Pau de Fita só se preservam como folclore na Ilha de Santa Catarina.

Assim como vai sendo empurrada cada vez mais para os locais distantes da praia pela indústria imobiliária, a população local vai perdendo o controle da comunidade, sofrendo outros tipos de violência.

Um exemplo disso se refere a um morador permanente de Canasvieiras, proprietário de terrenos valorizados que, tendo loteado estes terrenos ao longo da pequena rua que passa pelos seus antigos pastos, resolveu colocar seu nome nesta rua. Imediatamente houve uma campanha contra a colocação dos nomes dos moradores da comunidade nas ruas do balneário, inclusive em artigo de jornal de Florianópolis, onde não faltava aquela dose de desdém e superioridade com que o homem urbano costuma se referir ao homem rural. O resultado imediato foi o desaparecimento, na referida rua, da placa com o nome do habitante da comunidade. E, ato contínuo, os veranistas começaram a dar nomes às ruas, também informalmente, sem licença da Prefeitura. Se alguns tiveram mais bom

gosto, dando às ruas inconsequentes nomes de flores, não faltaram designações como rua do Lelé, e a preservação de nomes onde impera o mau gosto, como rua dos Milionários, rua do Milú, etc.

Estes episódios atestam a prepotência da população temporária de veranistas que, não permitindo que o homem rural, portador de todo um passado de trabalho na comunidade, possa, com seriedade, colocar seu nome nas ruas, acredita que seu grotesco apelido jocoso, este sim, é digno de figurar nas placas de designação das vias públicas. Tal atitude irreverente condiz bem com o seu modo de encarar o balneário, como um lugar de lazer, simplesmente.

Quando analisamos a dominação urbana sobre o mundo rural, particularmente numa situação como a das comunidades pobres do interior da Ilha de Santa Catarina, corremos o risco de omissão se não estabelecermos um paralelo com a dominação de uma classe social sobre a outra. Deixando de lado uma análise mais precisa da diferenciação social entre os habitantes permanentes de Canasvieiras e uma análise da diferenciação entre os veranistas, porque fogem aos objetivos desta dissertação,

podemos classificar a grosso modo, os veranistas como componentes da pequena-burguesia¹ e a população da comunidade como vivendo em condições inferiores de assalariamento, muitos deles nos limites do sub-assalariamento.

Desta forma, todas as situações em que se evidencia a desvantagem da posição dos moradores permanentes em relação aos veranistas e turistas, ficam aclaradas como situações de conflito e dominação entre classes sociais.

4.4. RETORNO

Se a saída da comunidade no passado podia significar a oportunidade de trabalho remunerado, hoje ela pode significar também o sub-emprego e a favelização. Nestes casos, existe um permanente desejo de retorno e a idealização da vida na comunidade.

As 4 entrevistas realizadas com os membros de 2 famílias que migraram para centros urbanos, juntamente

1. Para uma caracterização da pequena-burguesia tradicional e da nova pequena-burguesia, ver POULANTZAS, N. (1975:209-363)

com as realizadas em Canasvieiras, nos reforçaram a visão do processo de transformação do campesinato segundo as concepções teóricas de Shanin (1980). Este autor, conforme foi colocado no primeiro capítulo do presente trabalho, considera que o processo de descamponização se realiza também através de outras vias, não resultando invariavelmente na proletarização do camponês. Em Florianópolis, que nunca se constituiu num polo industrial, a mão-de-obra egressa da agricultura não pode ser totalmente absorvida pelo setor de serviços. Ocorreu, desta forma, a favelização dos habitantes das comunidades rurais pesqueiras que migraram para as cidades, acompanhada do fenômeno do sub-emprego e da conseqüente pauperização.

Entrevistamos o filho de uma das informantes. Ele está agora com 52 anos e, tendo trabalhado na pesca como ajudante em Canasvieiras quando menino, na juventude esteve pescando embarcado no Rio Grande e, mais tarde, foi para Santos, onde trabalhou no comércio e constituiu família. Hoje mora em São Paulo, trabalhando por conta própria no setor de construção civil. Os 2 filhos moços estudam e trabalham (banco e comércio), e ele só espera se aposentar e conseguir melhores colocações para os

filhos, pois deseja voltar a viver em Canasvieiras. Atualmente não volta, porque "aqui não se ganha o suficiente para fazer frente ao custo de vida", de acordo com suas palavras.

As outras entrevistas foram realizadas com 3 membros de uma família que vive na favela, em Florianópolis, sendo que 2 deles são meninos, de 15 e 12 anos, respectivamente. São 8 filhos e só 1 menina ficou morando em Canasvieiras, com os avós. É a única que estuda regularmente.

A mãe está com 47 anos e como o marido não trabalha, o sustento fica dependendo dela e dos filhos, que são bastante sacrificados, não conseguindo se manter na escola, pelos custos de matrícula e material escolar, por terem que trabalhar e por estarem mudando frequentemente de residência, devido aos preços dos aluguéis (mesmo nas favelas).

É o testemunho desta mulher:

"Já passei muito trabalho na vida. Em solteira nós trabalhava muito, mas nunca passei necessidade. Só vim a passá depois que casei. Até fome a gente passa. O filho mais velho ca

sou, não pode mais ajudá. Tudo vai dependê só dos menores. Tou sacrificando meus filhos por que o pai não quer mais trabalhá. Foi ruim a gente tê vindo prá cidade porque os filhos não puderam mais estudá. Gostaria de voltá pro sítio prá podê dá estudo pros meus filhos. Eles têm uma cabeça boa pro estudo, nunca rodaram. No centro é muito difícil educá os filhos. Tem muita bagunça, muita vagabundagem. Tenho medo por causa deles. A escola aqui no centro é muito exigente. Tem que pagá matrícula, comprá congá, ir de uniforme todo o dia. Se tem só um, não dá nem prá lavá, se suja durante a semana. Lá, em Canasvieiras é mais à vontade, pode ir de sandália de dedo, uniforme é só pro 7 de setembro. No sítio, a gente pode tomá conta de casa de balneário, sempre se ganha peixe. Se eu conseguí uma casa prá morá com a família, a gente vái voltá!

O filho desta informante, com 15 anos, contou que já teve 3 empregos e agora, enquanto procura um

trabalho regular, com ordenado mensal para dar à mãe, ajuda o irmão menor a vender picolé na praia, para onde se deslocam todos os dias. Sua aspiração é trabalhar e estudar. Gostaria de voltar a viver em Canasvieiras, para estudar pelo menos até a 8ª série.

É parte do seu relato:

"Eu queria trabalhá de office boy, prá ganhá salário, prá ajudá a mãe. Agora eu tô vendendo picolé, eu e o meu irmão. É o único jeito. A gente vende na praia. Tem que vir de Ôni bus. No dia que tá bom, a gente arruma alguma coisa. O dia que tá ruim, daí já é mais ruço, não dá.

P. E vocês comem na praia? O homem do picolé dá comida prá vocês?

R. Não. se tivé dinheiro, nós pagamo a comida, se não tivé, nós não compramo.

P. E daí, como é que vocês ficam o dia inteiro?

R. Assim como nós viemo de casa, com o café. Não comemo nada.

P. Vocês tomam café com pão em casa, antes de

sair?

R. É. Quando nós já vamo da praia, nós já le vamo o pão. Quando não temo dinheiro, a mãe faz um bolinho prá nós. Aí nós almo_ucemo. Almo_ucemo duas vezes. No dia que nós ganhamo alguma coisa aí, que dá prá comê e levá um pouco prá casa, nós compramo uma coca litro, uns 5 pão e daí nós comemo.

P. Vocês gostam de morar no centro?

R. Não. Aqui, no verão a gente vende picolé. Lá não tem vaga prá vendê, tem muita gente. No sítio é melhor porque a gente cria, né. A mãe cria galinha. E no inverno tem peixe, rede de arrasto, pega peixe. Quando a gente morou aqui, em 81, que a mãe tomava conta de uma casa, a gente ajudava a puxá rede, ganhava peixe, enchia um panelão grande, tinha peixe prá semana toda. Prá estudá aqui é melhor, tem menos luxo.

P. Queres estudar?

R. Eu quero. Porque sem estudo não pego emprego bom, né!"

Seu irmão de 12 anos também relata suas experiências e aspirações:

"Eu queria arrumá um emprego firme, prá ajuda a mãe, e queria continuá na escola.

P. E tu não brincas?

R. Eu não. Nem nos domingo, eu não brinco. Nos domingo eu vendo picolé, não posso brincá. No dia de semana também não brinco, tenho que trabalhá.

P. E não sentes falta de brincar? Com quê tu brincavas?

R. De joguinho, de escrevê. Quando eu era pequeno, né, e não podia trabalhá.

P. Era melhor quando vocês moravam aqui?

R. Era. Bem melhor. Aqui nunca faltou nada. A gente podia vim na praia, pegava um peixe. Nunca faltava nada!"

Podemos perceber por estes relatos, que muitas das pessoas que abandonaram a comunidade, idealizam o retorno, acreditando que as condições de vida em Canasvieiras não se alteraram desde os tempos em que ali viviam.

4.5. IDÉIAS SOBRE O PASSADO E O PRESENTE

A maior transformação ocorrida em Canasvieiras, à medida em que ali se desenvolvia o balneário, foi a monetarização da economia. Uma economia caracteristicamente de subsistência, em que as trocas eram muito frequentes, passou a depender fundamentalmente do dinheiro, provocando profundas alterações na vida da comunidade.

Se estas alterações ocorreram no sentido da melhoria do nível de vida dos habitantes de Canasvieiras, é o que nos interessa discutir neste trabalho. Quando utilizamos como referencial teórico a concepção de Shanin, de que a transformação do campesinato ocorre também pela marginalização e pauperização do camponês, e sabemos que conceitos como o de pauperização são difíceis de especificar e aplicar à realidade concreta, esta discussão se reveste de particular importância. Ainda mais porque nas entrevistas realizadas, evidencia-se a ambiguidade das próprias pessoas, com relação às mudanças que ocorreram em suas vidas.

Houve a pauperização dos habitantes da comunidade estudada, no confronto com o mundo urbano-industrial?

Nos estudos de desenvolvimento, os economistas adotam, em geral, indicadores orgânicos e econômicos para avaliar a melhoria de qualidade de vida das populações estudadas. Os indicadores orgânicos se referem à avaliação de índices de vitalidade, como mortalidade, natalidade, duração média de vida, etc. Os indicadores econômicos dizem respeito a características de habitação e número (e tipos) de bens de consumo usados pela população. Alguns estudos utilizam ainda o grau de escolarização, como índice para avaliar a qualidade de vida.

Se formos fazer uso destes indicadores, teremos que concluir, necessariamente, que houve uma melhoria do nível de vida dos habitantes de Canasvieiras, já que eles têm, atualmente, mais fácil acesso aos serviços de saúde, à educação e a bens de consumo, como luz, rádio, televisão, geladeira, entre outros. Seria paradoxal, nestas condições, falar em pauperização.

Não estamos, no entanto, realizando um trabalho sobre desenvolvimento, modernização ou crescimento. Em antropologia, num estudo sobre comunidade, não podemos confundir desenvolvimento com melhoria de qualidade de vida.

Deveremos, aqui, considerar a questão das necessidades humanas, assunto polêmico e merecedor de enorme variedade de classificações, pelos diferentes ramos e correntes das ciências sociais.

Se os estudiosos que se preocuparam com o problema das necessidades, divergem do ponto de vista taxionômico, todos concordam em que existem aquelas necessidades que são básicas, primárias ou radicais. É o caso do alimento, necessidade da qual depende a preservação da vida do organismo e que, em última análise, vai determinar a própria relação do homem com a natureza, da qual ele extraí seu sustento.

Nesta tentativa de perceber se a transformação de Canasvieiras resultou também na pauperização de alguns de seus antigos habitantes, utilizando o critério de satisfação de necessidades, considerariamos ainda como básicas as necessidades de saúde, trabalho e segurança. No entanto, está claro para nós que o alimento é fundamental, já que a saúde depende, em grande parte, da qualidade e quantidade de alimento e o trabalho torna o homem um produtor, que visa a sua própria reprodução, como organismo e como espécie. Chayanov é o autor que melhor expressa a força desse processo dinâmico, quando enfatiza

as motivações da unidade de produção camponesa, que busca manter o equilíbrio entre a produção e o consumo de alimentos.

Não tivemos acesso a dados comparativos sobre índices de vitalidade em Canasvieiras, mas pensamos poder concluir que, com a maior possibilidade de utilização dos serviços de saúde, seja menor o índice de mortalidade infantil por doenças infecto-contagiosas ou verminose, e tenha diminuído também o número de óbitos causados por infecções. Tornar-se-ia questionável, no entanto, inferir que a saúde dos habitantes de Canasvieiras está melhor atualmente. A própria idade e estado físico da maioria das pessoas entrevistadas, suas frequentes referências à pequena disposição dos jovens de hoje para o trabalho, nos indispõem com conclusões deste tipo.

Com relação às transformações do processo de trabalho, em função da expansão do mundo urbano e industrial, já amplamente mencionadas, a discussão poderia se aprofundar, talvez, até o conceito de trabalho alienado. Preferimos nos ater a relacionar trabalho e necessidade de segurança, uma pequena faceta do problema.

Realizando trabalho voltado para a subsistência, mesmo sem possuir dinheiro, o camponês pode se sen

tir seguro com relação ao sustento da família, que será alimentada com o produto de sua lavoura e da pesca.

Realizando trabalho assalariado, em condições precárias, com baixos salários, muitas vezes sem contrato de serviço, o antigo agricultor-pescador é vítima de profundo sentimento de insegurança, com respeito à reprodução da família.

Numa economia monetarizada as pessoas podem, em tese, adquirir uma grande variedade de bens de consumo. Mas isto vai depender do dinheiro de que dispõem, do nível dos salários que percebem.

Acreditamos, pela análise das entrevistas realizadas, que os habitantes de Canasvieiras tinham uma alimentação mais farta e saudável, quando plantavam seus próprios alimentos. É neste sentido que pensamos poder falar, hoje, em pauperização.

As pessoas entrevistadas foram quase unânimes em afirmar que a vida hoje é melhor porque existem mais oportunidades de trabalho, o trabalho é mais leve e é mais fácil ganhar dinheiro. Todos eles, no entanto, afirmaram também que antigamente existia mais fartura, que as pessoas se alimentavam melhor, que eram mais fortes.

A ambiguidade do discurso dos informantes pode

ser compreendida como característica da linguagem de pessoas que estão vivenciando processos de profundas alterações sociais, que ainda não conseguem perceber em sua totalidade, e diante dos quais reagem de forma ambivalente.

Podemos exemplificar com partes de entrevistas:

"P. O que vocês plantavam?

R. Ah, é mandioca, é aipim, é batata doce, é milho, tudo isso aí. Feijão a gente também plantava. Tudo prá uso de casa, porque prá vendê não dava mesmo ... Tinha mais fartura, porque quase todo o mundo plantava, então era todo o mundo plantando, existia pouca gente prá comprá. E hoje em dia existe mais gente prá comprá, mais cadê dinheiro prá comprá?

P. Está mais fácil a vida?

R. Está mais fácil num assunto, mais em outros tá mais difícil porque, por exemplo, é assim: se você não tem um terreno agora prá fazê uma casa, então não faz mais, vai morá na rua. Porque prá comprá, você não pode comprá. E antes, então tinha a praia, se você não tinha onde fizesse, fazia lá na praia, era seu. Então, tava morando ..." (pescador)

"P. E o pessoal plantava muito?

R. Ah, plantava, muito. Plantava cebola, man
dioca, feijão ... Naquele tempo se cultivava
mais, todos plantavam mais e todos tinham
mais prá comê. Ali onde era o campo dos Mou-
ra, ali era o terreno dos pobres, ali eles fa-
ziam horta, plantavam mandioca ..." (pescador
aposentado, comerciante)

"... A vida de primeiro era mais difícil, hoje
não ... Agora, eu acho que a época naquele
tempo, era mais farta a vida. Mais fartura no
sítio, né. Hoje, ninguém tem nada no sítio,
ninguém planta nada, apareceu muita preguiça,
muita facilidade, não sei ... Naquele tempo
todo o mundo tinha o seu peixinho escalado prá
comê, hoje a senhora passa aí, não vê um pei-
xe ... É a época ...

P. Então, o senhor acha que as coisas agora
não estão tão mais fáceis assim?

R. Tão mais fácil num assunto, no outro não
tá. Naquele tempo havia mais fartura, né? To-
da a casa em que a senhora chegava aí no sí-
tio, eles tinham paiol de farinha, tinham fei

jão, enfim, tinha tudo ... Tinha criação de aves, hoje a senhora não vê nada disso. Por exemplo, que comprá uma galinha prá comê tem que ir no açougue, tem que tê dinheiro, senão não come ... Hoje ninguém cria mais!" (pescador e funcionário público aposentado)

"P. Então, a carne que vocês comiam naquele tempo era só peixe?

R. Era peixe, pirão d'água, arroz, às vezes feijão. Naquele tempo tinha mais saúde. Este negócio de saúde, naquele tempo era mais saúde.

P. E ao que o senhor atribui a saúde melhor naquele tempo?

R. Naquele tempo, o que nós comia era o que nós colhia, e hoje a alimentação vem tudo na base do remédio. A senhora vê, o tomate tem gosto de remédio, vai se chupá uma laranja, não se consegue ...

P. E vocês comiam bastante verdura, naquela época?

R. Nós comia. Mas nós plantava em casa e comia. Verdura, fruta. Lá em casa tinha fruta do conde, a nona, banana ... isso tudo nunca se come

prava. Tomate não se comprava, mas sempre se
comia. Agora, remédio não se botava. Era tudo
um troço puro que se comia. Comia-se o puro e
se tinha mais saúde! (pescador aposentado)

CONCLUSÕES

... Não possuiis casa, navio, terra...
... Mas olhas o mar ... (fragmentos de
um poema de Carlos Drumond de Andrade)

Cabral (1950) fala em fracasso do empreendimento da colonização açoriana na Ilha de Santa Catarina, referindo-se às condições de vida dos colonos, devido ao insucesso das lavouras experimentadas, que nunca chegaram ao desenvolvimento desejado. Este autor enumera, como causas do insucesso, a partilha de lotes muito pequenos, a baixa qualidade das terras, o confisco de gêneros alimentícios para as fortificações militares e a obrigatoriedade do serviço militar para os lavradores.

Se não podemos falar propriamente em fracasso, já que os objetivos do Governo Colonial foram alcançados pela vinda dos açorianos e madeirenses, com a povoação do litoral, assegurando sua posse, e a produção de alimentos para o contingente militar, certamente teremos que concordar em que a colonização açoriana em Santa Catarina nunca alcançou os níveis de desenvolvimento e

progresso dos outros empreendimentos colonizadores europeus, realizados posteriormente no sul do Brasil.

Com a prática continuada da lavoura e a exaustão dos terrenos de agricultura, as condições de vida da população descendente dos colonizadores açorianos nas diversas comunidades da Ilha de Santa Catarina, foram-se agravando.

No início do século, os habitantes de uma destas comunidades, Canasvieiras, continuavam vivendo, como seus ancestrais, na condição de camponeses, cultivando a lavoura de subsistência com mão-de-obra familiar, tendo a pesca como trabalho acessório.

Perto de meados do século, a pesca já se transformara na principal atividade econômica dos moradores de Canasvieiras, que cultivavam ainda a lavoura para o consumo, mas encontravam muita dificuldade para manter sua condição de camponeses.

Atualmente, após um processo acelerado de urbanização da comunidade, transformada em balneário, cuja população aumenta consideravelmente nos meses de verão, em Canasvieiras não existem mais camponeses. Os habitantes da localidade, pressionados pela expansão imobiliá

ria, privados do acesso ao mar onde o próprio peixe escasseou com o desenvolvimento da indústria pesqueira na região, não mais sobrevivem das atividades de subsistência. Dependem agora do assalariamento. Buscam empregos no centro urbano, como funcionários públicos, comerciantes, bancários ou trabalhadores autônomos. Muitos deles continuam residindo em Canasvieiras. Os que permanecem na localidade, sobrevivem realizando serviços para os veranistas ou se empregando nos estabelecimentos comerciais do balneário, principalmente nos meses de verão.

A transformação do campesinato ocorrida em Canasvieiras, não se caracterizou como um processo linear de proletarização dos camponeses e sim como processo multilinear, conforme o preconizado por Shanin (1980).

Assim, houve a diferenciação do campesinato. Mas esta diferenciação não transformou simplesmente os camponeses de Canasvieiras em capitalistas e proletários. As próprias características da vida econômica de Florianópolis, dependendo fundamentalmente das atividades administrativas, determinou uma diferenciação condicionada, em geral, ao acesso à educação de 3º grau, que propiciou melhores oportunidades de empregos para mui-

tos. Dos que permaneceram na localidade, estão em melhor situação aqueles que não se desfizeram de toda a terra (porque a possuíam em maior quantidade). No entanto, estes se queixam da falta de liquidez inclusive para pagar os impostos sobre a terra. Não podemos chamá-los de capitalistas. Vivem de aposentadoria e continuam plantando e mantendo criação para o consumo. Até quando poderão manter suas terras, é uma incógnita.

Um destes proprietários, lavrador que tentou ampliar seu empreendimento agrícola, com plantação para o comércio numa etapa, venda de leite em outra e abate de frango numa terceira etapa, não teve sucesso e desistiu das tentativas, afirmando que o governo não protege o pequeno agricultor, tendo seus filhos que desistir da agricultura por ser ela inviável.

No processo de transformação, ocorreu também a marginalização dos habitantes de Canasvieiras. Muitos dos que permaneceram na comunidade, tendo perdido sua condição de camponeses, vivem da realização de trabalhos para os veranistas. São mão-de-obra barata, que realizam serviços sem vínculo empregatício e, portanto, sem os benefícios da previdência social. Só conseguem usufruir des-

tes benefícios, aqueles que se filiam ao INPS como trabalhadores autônomos ou os que se empregam nos estabelecimentos comerciais do balneário (em número reduzido).

Houve também a pauperização do campesinato de Canasvieiras. Enquanto muitos dos habitantes que permaneceram na localidade vivem em condições de sub-assalariamento, com a deteriorização do nível de vida na medida em que não mais produzem para o consumo, outros foram viver em favelas na cidade, sub-empregados, sem perspectivas de melhoria e com forte aspiração de retornarem à comunidade.

ANEXOS

A N E X O 1

GLOSSÁRIO

- AJUDANTE** - função na pesca praticada por um menino, definida pelos afazeres e pela participação na partilha. Nível inferior na hierarquia funcional da pesca.
- APARELHO** - o conjunto de instrumentos de pesca - o equipamento. (também usado para o engenho).
- AMARELÃO** - adiantado estado de verminose, caracterizado pela cor anêmica e carência de ferro.
- ARANHA** - carroça de 2 rodas para o transporte de pessoas, puxada a cavalo.
- ARRASTÃO** - tipo de captura em que a rede é estendida e depois puxada, arrastada (pode ser de praia ou de fundo).
- BAGA** - caroço, semente, nome generalizado para pílula redonda.
- BALEEIRA** - embarcação aberta, muito resistente, de madeira, com medidas padrões, confeccionadas pelos artesãos açorianos em Santa Catarina.
- BOI DE MAMÃO** - dança e cantoria típica da Ilha de Santa Catarina.
- BRAÇA** - medida utilizada pelos camponeses (correspon-

de ao espaço entre os braços estendidos de uma pessoa).

- CAMARADA** - a mão-de-obra mais numerosa da pesca, com funções definidas. Pelas relações de produção e pela partilha, o camarada pode ser definido como um tipo de parceiro.
- CASA DE ESTUQUE** - casa feita de barro, com armação de paus de bambú atravessados.
- CERCO** - método de captura em que a rede é estendida tentando aprisionar o cardume em movimento (operação que depende de rapidez).
- CHÁCARA** - o pomar onde se cultivam as árvores frutíferas.
- COIVARA** - processo de derrubada e queima do mato, na preparação do terreno para a roça. Termo usado pelos camponeses para se referir também ao resultado da derrubada, ao mato queimado.
- ESCOLA ISOLADA** - escolas onde uma professora ministrava as 4 séries primárias à crianças de diferentes idades, em diferentes níveis de aprendizagem.
- FREGUESIA** - sede da comunidade
- GRADO** - grande, graúdo.
- INTENDENTE** - função administrativa municipal.
- INTIMADOR** - trabalhador, esforçado.
- MANDRIONA** - preguiçosa, malandra.

- MEIA - contrato de arrendamento no qual a metade da produção é reservada para o dono da terra.
- MONTE - o volume de toda a renda familiar.
- NONA - fruta, também conhecida como fruta-do-conde.
- PAIOL - local de armazenamento dos gêneros alimentícios, dos produtos da lavoura.
- PANARÍCIO - inflamação nas extremidades dos dedos: unheiro.
- PARELHA - método de captura de pescado, com a utilização de 2 embarcações.
- PILAR CAFÉ - moer o grão torrado do café em recipiente apropriado - o pilão.
- POMBEIRO - vendedor ambulante de peixe e produto da lavoura.
- PROEIRO - o camarada com funções na embarcação.
- RAMA - a parte externa da planta da mandioca (a farinha é feita da raiz).
- REDE FEITICEIRA - rede dupla, que tanto pega o peixe miúdo quanto o grão (tem uma rede de malha fina por dentro).
- TERÇA - contrato de arrendamento em que o dono da terra (ou do engenho) fica com 1/3 da produção.
- TERNO DE REIS - dança e cantoria típicas (corresponde à Folia de Reis do norte do país).

TICUM - fibra vegetal usada antigamente para tecer redes.

OBS.: Este glossário foi elaborado a partir dos esclarecimentos fornecidos pelos próprios entrevistados a respeito dos termos utilizados por eles.



BAÍA DE SÃO MIGUEL

NORTE

BAÍA

FLORIANÓPOLIS

BAÍA SUL

ILHA DE STA. CATARINA

ESCALA 1:150.000



ANEXO 2

ATLÂNTICO

OCEANO

27° 30'

27° 40'

BIBLIOGRAFIA

- ARCHETTI, Eduardo et alii. 1979. Economia Campesina. Lima, Desco, Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo.
- BRAVERMAN, Harry. 1977. Trabalho e Capital Monopolista. Rio de Janeiro, Zahar.
- BECK, Anamaria. 1979. Lavradores e Pescadores. Um Estudo Sobre Trabalho Familiar e Trabalho Acessório. Florianópolis, mimeografado.
- _____ et alii. 1982. "Um trabalhinho atoa": a produção e a comercialização da renda-de-bilro e suas implicações para a economia familiar. Relatório de Pesquisa. Florianópolis, mimeografado.
- BOSI, Ecléa. 1979. Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos. São Paulo, T. A. Queiroz.
- BRUSCHINI, Maria Cristina e Fúlvia ROSEMBERG. 1982. Trabalhadoras do Brasil. São Paulo, Brasiliense.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. 1950. "Os Açorianos". In: Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense. Volume II. Florianópolis, Imprensa Oficial.
- CANDIDO, Antonio. 1975. Os Parceiros do Rio Bonito. São

Paulo, Livraria Duas Cidades.

CARDOSO, Fernando H. 1960. "O Negro e o Desenvolvimento Econômico e Social de Florianópolis". In: CARDOSO e IANNI. Cor e Mobilidade Social em Florianópolis. São Paulo, Editora Nacional.

CHAYANOV, A. V. 1974. La Organización de la Unidad Económica Campesina. Buenos Aires, Nueva Visión.

<FIRTH, Raymond. 1974. Elementos de Organização Social. Rio de Janeiro, Zahar.

<GARCIA JR., Afrânio e HEREDIA, Beatriz. 1971. "Trabalho Familiar e Campesinato". In: Revista América Latina 14 (1-2) : 10-19.

×LAGO, Paulo Fernando. 1968a. Santa Catarina, a Terra, o Homem, a Economia. Florianópolis, Edição da UFSC.

×1968b. Comunidades Pesqueiras de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Estudos Brasileiros nº 26, Ministério da Agricultura.

1978. Santa Catarina. Dimensões e Perspectivas. Porto Alegre, Editora Meridional EMMA.

LENIN, V. I. 1974. "La Desagregación del Campesinato". In: El Desarrollo del Capitalismo en Rusia. Barcelona, Ariel.

- LOUREIRO, Maria Rita G. 1977. Parceria e Capitalismo.
Rio de Janeiro, Zahar.
- KAUTSKY, Karl. 1972. A Questão Agrária. Porto, Portu-
lense.
- < MARTINS, José de S. 1975. Capitalismo e Tradicionalismo.
São Paulo, Pioneira.
- < MARX, Karl. 1977. A Origem do Capital. A Acumulação Pri-
mitiva. São Paulo, Global.
- _____ 1975. El Capital. Crítica de la Economía Po-
lítica. Volume I. México, Fondo de Cultura Económica
(7ª reimpressão).
- _____ 1978. O Capital. Livro I, Capítulo VI (inédi-
to). São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas
Ltda.
- MICHEL, Andrée. 1981. "As produtoras invisíveis, o empre-
go e as necessidades essenciais". In: Ciência e Cul-
tura 33(8):1059-1071.
- POULANTZAS, Nicos. 1975. As Classes Sociais no Capitalis-
mo de Hoje. Rio de Janeiro, Zahar.
- PRADO JR., Caio. 1978. A Revolução Brasileira. São Pau-
lo, Brasiliense.
- REDFIELD, Robert. 1953. "The natural history of the folk

- society. In: Social Forces XXXI (3):224-228.
- RIOS, Gilvando S. L. 1975. "A pesca artesanal como parte do setor de subsistência-Sua abordagem sociológica". In: Ciência e Cultura 28(4):397-406.
- SHANIN, Teodor. 1980. "A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista". In: Trabalho e Dominação. Estudos Cebrap 26. Petrópolis, Ed. Vozes.
- _____ 1976. Naturaleza y lógica de la economía campesina. Barcelona, Editorial Anagrama.
- SIMONSEN, Roberto. 1978. História Econômica do Brasil. São Paulo, Editora Nacional.
- SOARES, Gláucio. 1976. A Questão Agrária na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar.
- TEPICHT, Jerzy. 1973. Marxisme et agriculture: le paysans polonais. Paris, Armand Colin.
- VELHO, Otávio G. 1976. Capitalismo Autoritário e Campe- sinato. São Paulo, Difel.
- VERGOPOULOS, Kostas. 1979. "El Papel de la Agricultura Familiar en el Capitalismo Contemporáneo". In: Cuader- nos Agrários. Ano 4(9):33-55.

WOLF, Eric. R. 1970. Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro, Zahar.